

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Aos amigos tudo; aos inimigos, a lei:
a crise da república de 1955 nas páginas do Diário de Notícias.

Marcos Vinícios Luft

Orientador: Prof. Adolar Koch

Porto Alegre, dezembro de 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Marcos Vinícios Luft

Aos amigos tudo; aos inimigos, a lei:
a crise da república de 1955 nas páginas do Diário de Notícias.

Trabalho de Conclusão de Curso de
História apresentado ao Departamento
de História da Universidade Federal do
Rio Grande do Sul como requisito
parcial para a obtenção do grau de
Licenciado em História

Orientador: Prof. Adolar Koch

Porto Alegre, dezembro de 2009

Quem controla esses instrumentos de comunicação possui imenso poder. O que competia a sacerdotes e reis decidir quanto ao que convinha ao povo, hoje cabe aos proprietários dos meios de comunicação de massa. À medida que se constituem massas interdependentes cada vez maiores, a técnica de comunicação torna-se mais importante e aumenta o poder dos que a controlam.
(Bem H. Bagdikian)

No jornalismo, como vocês sabem, só se faz fortuna sendo picareta ou então alugando a opinião.
(David Nasser, entrevista à revista Manchete, n. 704, 15 de outubro de 1965)

AGRADECIMENTOS

Como este é um momento final de uma longa trajetória, gostaria de agradecer a todos aqueles que me ajudaram durante os quatro anos de curso.

Primeiramente aos meus pais, Luiz e Lourdes, pela paciência com que me suportaram durante todo esse tempo; com os momentos sozinho que tive que passar e com o cuidado que tiveram como pais, sempre que precisei.

Em segundo lugar, mas não menos importante durante esses anos, aos professores. Em especial, dois professores: o professor Adolar Koch, que orientou o trabalho e, mais do que isso, dividiu uma parte de suas histórias e de sua vida comigo (e com meus colegas); e o professor Fábio Kühn, que me deu a primeira oportunidade para trabalhar com a pesquisa em história. A todos, minha eterna gratidão, não só pelo que ensinaram, mas também por compartilhar suas experiências conosco.

Também queria agradecer a todos aqueles que me suportaram durante quatro anos: aos meus colegas de curso, a meus amigos e, especialmente, a meus alunos, que me mostraram, apesar de todos os problemas, que estava no caminho certo.

A todos estes, e a todos os anônimos que lutam pela paz no mundo e para que este seja um pouquinho melhor, dedico este trabalho.

SUMÁRIO

Introdução: História e Imprensa _____	p.6
1. Os dias difíceis de 1955 _____	p.11
2. “ O jornal da família gaúcha” : o Diário de Notícias até 1955 _____	p.16
3. O Diário de Notícias e a crise de 1955 _____	p.21
3.1. As eleições e a democracia _____	p.23
3.2. Sobre JK e Jango _____	p.29
3.3. As teses golpistas _____	p.35
3.4. Os fins justificam os meios: general Lott e o contra-golpe de 11 de novembro _____	p.40
Considerações finais _____	p.49
Referências bibliográficas _____	p.52

Introdução: história e imprensa

Este trabalho tem por objetivo analisar como um jornal gaúcho, o *Diário de Notícias*, apresenta a seus leitores a crise da república de 1955, sobretudo a eleição do presidente Juscelino Kubitschek e o contra-golpe de 11 de novembro. Por sua vez, esta monografia enquadra-se numa tendência cada vez mais presente na historiografia brasileira: a utilização dos periódicos como objeto de pesquisa, além da tradicional utilização como fonte.

Nos últimos 40 anos o emprego do jornal vem se ampliando na historiografia brasileira. Anteriormente, havia estudos sobre a história da imprensa nacional, como o monumental trabalho de Nelson Werneck Sodré.¹ O jornal também era empregado como fonte com o objetivo de comprovar argumentos dos historiadores. Mas tinha-se receio de utilizá-los, pois faziam registros fragmentários do presente, realizados sob o impulso de paixões, compromissos e interesses. “Em vez de permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas”.²

Porém, a partir dos anos 70, começa uma tendência a se considerar o periódico não só como fonte, mas como objeto. Como destaque temos os trabalhos de Maria Helena Capelato, a partir desse período.³ Esses trabalhos já têm por característica considerar os periódicos não como um “espelho da realidade”, mas como um espaço de produção condicionado por determinadas práticas sociais de uma determinada época e pelos interesses de quem está por trás do empreendimento, seja o proprietário, o redator que seleciona ou o repórter que cria, dando um tom de subjetividade que era criticado anteriormente.

Esses trabalhos são influenciados pela renovação na concepção de documento trazida pela 3ª. Geração dos *Annales*, que inclui fontes orais e visuais. Essa renovação faz com que se perceba que todo documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade que o produz, resultando de relações de forças conflitantes que tentam impor ao

¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

² LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.112

³ CAPELATO, Maria Helena. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1989. _____; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

futuro uma determinada imagem da realidade.⁴ Outros aspectos que influenciam na tendência a se utilizar os periódicos como objeto de pesquisa temos as novas linhas de investigação, como a história das mentalidades e da sociabilidade, mas também o retorno com força de tendências que estavam marginalizadas, como a nova história política e a história da cultura.

A partir desse momento multiplicaram-se os trabalhos sobre a imprensa, numa profusão de livros e artigos, sobretudo a partir dos anos 90, com biografias de jornalistas,⁵ mas também com estudos mais gerais⁶. Para o caso do Rio Grande do Sul, esse processo também ocorre nesse espaço temporal. Como destaques podemos nos referir aos trabalhos de Gerson Wasen Fraga, que trata de como o *Correio do Povo* apresenta à sociedade gaúcha o conflito da Guerra Civil Espanhola⁷ e o de Charles Sidarta Machado Domingos, que trata de como o mesmo jornal apresenta a Política Externa Independente, dos governos Jânio Quadros e João Goulart.⁸

Para trabalharmos com imprensa, é necessário definir o que é imprensa. Para isso, aproprio-me da definição de Maria Helena Capelato, que a define como

instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere.⁹

Têm-se, portanto, a imprensa não como neutra, que apenas colhe e retransmite as informações do dia-a-dia a seus leitores, ouvintes e telespectadores; mas, como um instrumento que intervém nas diversas esferas da vida, relacionando-se com o contexto de

⁴ CAPELATO, *op.cit.*, p.24

⁵ Entre os exemplos podemos citar: LOURENZA, Ana Maria. *Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano*. São Paulo: Senac, 1998; MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995; ainda no fim dos anos 80 sai a biografia de Samuel Wainer: WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.

⁶ Entre os exemplos podemos citar: ABREU, Alzira Alves. *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996; CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

⁷ FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e vermelhos: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do Correio do Povo (1936-1939)*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História / UFRGS, 2004.

⁸ DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. *A política externa independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo (novembro de 1961)*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História / UFRGS, 2009.

⁹ CAPELATO e PRADO, *op.cit.*, p.XIX.

sua época, seja política, econômica, cultural, e defendendo posições. Esta imprensa é atuante nos processos políticos e sociais de sua época, tentando modelar as consciências das pessoas conforme seus valores e interesses, indicando uma direção ao comportamento do público leitor.¹⁰

Francisco Rüdiger chama a atenção para a diferenciação que deve ser feita entre imprensa e jornalismo. Para este, o jornalismo, diferentemente da imprensa, é uma prática, que envolve sua rotina, seus agentes, seus suportes, sua tecnologia, sua linguagem. Houve diversos tipos de imprensa, mas que não possibilitaram a formação do correspondente jornalismo. Jornalismo não seria um mero instrumento: visaria a formar a opinião pública, através de suas informações, e não seria meramente manipulação de informações.¹¹

Todos os trabalhos acima referidos desmistificam um importante aspecto: que os jornais são veículos neutros de informação. Eles têm uma posição e a defendem. Porém, essa defesa de posição não é tão explícita quanto parece. Para Francisco Rüdiger, em função de certos episódios, como o advento do Estado Novo, em 1937, e o suicídio de Vargas, em 1954, o caráter político do jornalismo foi se dissimulando em notícias sutis, mas capazes de modelar a opinião pública. Apesar de haver o “jornalismo informativo”, a opinião não desaparece, só há uma mudança de forma.¹²

Essa tomada de posições por parte do jornal transforma-o em instrumento pedagógico e ideológico, aspecto que é trabalhado por Gerson Fraga. Para ele, a partir do momento em que se constituem como grandes empresas, os jornais tornam-se instrumentos de divulgação e propagação dos ideais da classe dominante; estando sob o controle de um grupo numericamente pequeno e coeso (fazendo concorrência com os pequenos órgãos de informação), a grande imprensa acaba por constituir-se num local de poder, ponto privilegiado para acessar e formatar a opinião pública, e num inestimável instrumento de manutenção da ordem sócio-econômica.¹³

¹⁰ *Id. Ibid.*, p.23

¹¹ RUDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993, p.7-8

¹² *Id. Ibid.*, p.64.

¹³ FRAGA, *op.cit.*, p.24-28.

Os grandes jornais têm na conservação das estruturas nas quais se inserem um limite bem demarcado, o qual não é ultrapassado sob pena de entrar em contradição com sua condição de agentes de representação de interesses e intervenção na vida social. Assim, eventuais demandas populares encontrarão espaço em tal meio desde que não representem ameaça para a ordem social instituída.¹⁴

Quanto ao aspecto pedagógico, Gerson trabalha a noção de que o jornal visa “educar” a opinião pública por meio do que é exposto em suas páginas. Para isso, utiliza-se, por exemplo, conceitos de caráter valorativo e binário (bem x mal; civilização x barbárie, entre outros). Assim, utiliza-se a informação, que além de instrumento de intervenção na vida social é um produto para conquistar o mercado leitor, como meio de doutrinação; dessa maneira, modela e manipula a realidade e a opinião pública, apresentando-se sob a aura da imparcialidade e neutralidade política. Para isto, os grandes jornais valem-se também de recursos gráficos e diagramação, para acentuar o que querem transmitir. Disseminando valores na sociedade, os grandes jornais constituem-se como “veículos formadores de opinião pública”, operando a construção de emoções sociais, como o medo, a necessidade, o patriotismo, entre outros.¹⁵

Embora seja um meio de intervenção na vida social, como colocado anteriormente, a grande imprensa opera a partir de uma lógica de mercado, pois são, acima de tudo, empresas. A sua finalidade principal, a informação, passa a ter o duplo caráter de produto e instrumento, devendo ao mesmo tempo seduzir o leitor e influenciando sua percepção sobre a realidade.¹⁶

Esse processo, no contexto brasileiro, começa na transição da monarquia para a república, numa conjuntura de ascensão burguesa e de lento desenvolvimento das relações capitalistas no país, fazendo surgir a “grande imprensa”.¹⁷ Estas empresas têm uma estrutura específica, com equipamentos gráficos apropriados e promovem a divisão do trabalho em seu setor. A grande imprensa começa a promover a lenta substituição do folhetim pelo

¹⁴ *Id. Ibid.*, p.24

¹⁵ *Id. Ibid.*, p.28-32.

¹⁶ *Id. Ibid.*, p.32

¹⁷ SODRÉ, *op.cit.*, p.315

colunismo, e depois deste para a reportagem, num contexto de generalização das relações capitalistas e o aparecimento de temas antes secundários, como o esporte e as páginas policiais.¹⁸ Posteriormente, quando discorrerei sobre a história do jornal *Diário de Notícias*, tratarei dessa transição na imprensa gaúcha.

Estas empresas, por sua vez, defendem os interesses dos grandes grupos econômicos, que anunciam e, com isso, garantem a circulação a baixos custos para o leitor e a modernização do parque gráfico dos jornais. A associação aos grandes grupos econômicos permite que sejam obtidos os recursos necessários para a sobrevivência do órgão; em compensação, há a defesa de seus interesses, mesmo que de forma não programada, podendo para tal revestir-se de uma imagem de neutralidade política.

A partir desses pressupostos é que pautaremos o objetivo deste trabalho: considerando a imprensa como não meramente um veículo neutro de transmissão de informações, mas como um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, além de ser uma empresa que, como qualquer outra, é regida pela lógica do lucro; e que pratica um jornalismo, que é formador de opinião pública.

Para isso, no primeiro capítulo, farei uma breve narração acontecimentos desta crise, que é tão pouco estudada, em comparação a outras do período entre 1946 e 1964. No segundo capítulo, farei uma breve apresentação da história do *Diário de Notícias* até o ano de 1955, demonstrando a sua situação e tentando verificar a que interesses estava envolvido. No terceiro capítulo, após contextualizar a época e o jornal, investigarei como este trata os acontecimentos e as pessoas que estiveram envolvidas na crise.

¹⁸ *Id. Ibid.*, p.339

1. Os dias difíceis de 1955

24 de agosto de 1954. Impossível não falar do ano de 1955 sem começar por essa data. Após o atentado da rua Toneleiros, a 5 de agosto, que objetivava matar o jornalista Carlos Lacerda, que fazia denúncias contra o presidente Getúlio Vargas, a oposição, sobretudo reunida na União Democrática Nacional (UDN), tenta abrir espaço para a sua renúncia e para uma intervenção militar. O suicídio de Getúlio Vargas, não esperado, paralisa os grupos que apostavam na desmoralização do chefe da nação. A reação popular, com incêndios, agressões a pessoas e depredações a instituições vistas como inimigas do presidente, como órgãos de imprensa, diretórios de partidos políticos (sobretudo os da UDN) e órgãos e empresas estadunidenses, fazem esses grupos recuar.

Segundo Jorge Ferreira, haviam se enfrentado dois projetos para a nação. E quando esses projetos mediam forças, geravam crises da república, com a possibilidade concreta de guerra civil.¹⁹

Um desses projetos era o *nacional-estatista*, representado sobretudo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), caracterizado pelo nacionalismo, fortalecendo um capitalismo nacional, através de uma industrialização baseada em bens de capital, contrapondo-se ao avanço dos interesses econômicos estadunidenses; intervenção estatal em setores estratégicos, sobretudo na valorização do capital humano através de redes de proteção social (hospitais, ensino público, leis sociais).

O outro projeto era o *liberal-conservador*, moralista, elitista, antigetulista e anticomunista, representado sobretudo pela União Democrática Nacional (UDN), defendendo a abertura do país ao capital estrangeiro, ressaltando as virtudes das leis de mercado e negando a intervenção estatal; tendo repulsa aos movimentos sociais e de participação popular, sobretudo o movimento operário e sindical.

Após o suicídio de Vargas, assume a presidência Café Filho, que, apesar de ser do Partido Social Progressista (PSP), organiza um ministério com personalidades ligadas à UDN e antigetulistas. Nas eleições parlamentares de 3 de outubro, a composição partidária da

¹⁹ FERREIRA, Jorge. Crises da república: 1954, 1955 e 1961. In: _____; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.303-304.

Câmara dos Deputados praticamente se inalterou.²⁰ A paz, após o suicídio e a reação popular, parecia assegurada. A primeira crise da república, a de 1954, estava superada. Mal imagina o país que essa paz seria apenas um intervalo entre uma crise e outra.²¹

No ano seguinte, haveria eleições presidenciais. Já no fim do ano, o Partido Social Democrático (PSD) lançava o nome do ex-governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, como candidato. Era visto como um como um continuador da obra de Getúlio Vargas, pela UDN, e como “esquerdista” por facções conservadoras do próprio partido. Os udenistas tinham receio da competição eleitoral, pois a aliança PSD-PTB surgia como imbatível, já que João (Jango) Goulart havia sido indicado pelo PTB como candidato à vice-presidência na chapa de Juscelino. Para concorrer com a chapa J-J, a UDN indicou o general Juarez Távora, líder antigetulista, como candidato a presidente, e Milton Campos, para vice, além de tentar associar Juscelino ao “mar de lama” getulista, já que era difícil associá-lo ao comunismo e ao nacionalismo por trabalhar fortemente com iniciativa privada.²² Ainda havia os candidatos Ademar de Barros, ex-governador de São Paulo, pelo PSP (com Danton Coelho como candidato à vice), e Plínio Salgado, pelo Partido de Representação Popular (PRP).

Porém, durante a campanha, dois fatos viriam a agravar a situação política do país: o primeiro foi o discurso do general Canrobert Pereira da Costa, no dia 5 de agosto, durante a cerimônia que lembrava o primeiro ano da morte do major Rubem Vaz.²³ Sua declaração causou preocupação no país, pois questionava o regime político; era necessário decidir entre “uma pseudolegalidade, imoral e corrompida, e o restabelecimento da verdade e da moralidade democrática mediante uma intervenção aparentemente ilegal”.²⁴ Segundo Ferreira, referindo-se a Fernando Lattman-Weltman, não era só o problema da “volta do getulismo” ao palácio do Catete, nas figuras de Juscelino, mas principalmente de Jango. Tratava-se “da maneira como os trabalhadores alcançaram seus direitos de cidadania social e

²⁰ Entre os maiores partidos, o Partido Social Democrático (PSD) passou de 112 para 114 cadeiras; já o PTB passou de 51 para 56; já a UDN caiu de 84 para 74 representantes.

²¹ Jorge Ferreira coloca, além dessas duas crises, o movimento da Legalidade, de 1961, como uma terceira crise da república. FERREIRA, *op.cit.*, p.326-339.

²² BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.282.

²³ O major Rubem Vaz foi morto no atentado da Rua Toneleiros.

²⁴ FERREIRA, *op.cit.*, p.316.

as conseqüências políticas que surgiram do próprio processo”.²⁵ Primeiro, os assalariados conseguiram os direitos sociais, creditados à figura de Getúlio; depois, exerciam seus direitos políticos, participando do processo eleitoral, efetuando escolhas, fazendo uma trajetória inversa ao clássico caminho da cidadania, que era a conquista por primeiro dos direitos civis e políticos, para depois a obtenção dos direitos sociais. Portanto, a maneira como os trabalhadores manifestavam seus direitos políticos, através do voto, estaria corrompida pelos direitos sociais. O resultado seria o voto nas lideranças demagógicas, caudilhescas e manipuladoras, levando à tal pseudolegalidade referida pelo general Canrobert. “Quando os conservadores recorriam às Forças Armadas falando em ‘saneamento da política’, visavam algo muito mais profundo do que a figura de Getúlio Vargas. ‘Sanear’ significava destituir os trabalhadores de seus direitos políticos”.²⁶

O segundo fato foi a denúncia da chamada Carta Brandi, pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, no dia 16 de setembro, a pouco menos de quinze dias das eleições. Nessa carta, que teria sido escrita pelo deputado peronista argentino Antonio Jesus Brandi, em 1953, e interceptada no Hotel Ambassador, no Rio, havia a denúncia de que João Goulart, à época ministro do Trabalho de Getúlio, e a quem era endereçada a carta, teria encomendado armas na Argentina para aparelhar “brigadas de choque obreiras”; e o mais grave, que essas armas estavam entrando por contrabando, pela cidade de Uruguaiana. O ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, abriu uma comissão de inquérito para apurar as denúncias, presidida pelo general Emilio Maurell Filho.

A UDN tentou adiar o pleito, alegando que seria repleto de fraudes, coação e demagogia. Esse posicionamento era sobretudo defendido por Carlos Lacerda, líder da ala golpista do partido e da organização de extrema-direita Clube da Lanterna,²⁷ que pregava publicamente a necessidade de um regime de exceção para moralizar os costumes políticos do país. É sob esse clima, inclusive com presença das forças armadas em muitos municípios,

²⁵ *Id. Ibid.*, p.317.

²⁶ *Id. Ibid.*, p.317.

²⁷ O Clube da Lanterna teria sido fundado quando da CPI para a investigação sobre o jornal *Última Hora*. Samuel Wainer, seu proprietário, teria se referido à *Tribuna da Imprensa* como “um lanterninha da imprensa”. Carlos Lacerda, em resposta, teria dito que seria uma lanterna, mas a de Diógenes, à procura de ladrões, criando o Clube. WAINER, *op.cit.*, p.176.

que se processou a eleição a 3 de outubro. Os vencedores foram Juscelino e Jango, mas com uma margem não muito grande de votos.²⁸

Mas agora a batalha da oposição era outra. Uma vez eleito Juscelino, era necessário impedi-lo de assumir a presidência, cristalizada no lema: “Não podem tomar posse, não devem tomar, nem tomarão posse”. Foram usados diversos argumentos, como o do apoio dos comunistas, fraudes e o fato de que o candidato vencedor não tinha conquistado a maioria absoluta dos votos (ou seja, 50% mais um).²⁹ Nesse meio tempo, são anunciados os resultados do inquérito sobre a carta Brandi. Este constata que a carta teve a sua assinatura (ou seja, a do deputado Brandi) grosseiramente falsificada. Também nesse meio tempo começam os pronunciamentos de membros do alto escalão das forças armadas, como o general Zenóbio da Costa, pregando a legalidade.

Esses pronunciamentos chegarão ao auge no dia 1º de novembro, no sepultamento do general Canrobert Pereira da Costa, então presidente do Clube Militar. Por ser um membro do alto escalão do Exército e ex-ministro da Guerra, o presidente Café Filho estava presente. Lá, o coronel Jurandir Mamede faz um discurso, supostamente em nome do Clube Militar, no qual repetia as palavras do pronunciamento de Canrobert de 5 de agosto: definindo a democracia brasileira como uma “pseudolegalidade imoral e corrompida”, desafiando a hierarquia e a disciplina militar. O ministro Lott, disposto a restabelecer o seu comando e a disciplina, pede logo em seguida a punição do coronel pelo ato. Porém, isto teria que passar por uma decisão do presidente da república, já que Mamede estava servindo na Escola Superior de Guerra, vinculada à presidência, e precisaria ser revertido à tropa.

No dia 3, Café Filho tem uma crise cardíaca, e delega seus poderes ao presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Este teria que solucionar o problema. No dia 10, Luz comunica sua decisão ao ministro da Guerra: não puniria o coronel. Lott logo pediu sua exoneração do ministério, assumindo o general Fiúza de Castro. O grupo favorável ao

²⁸ Juscelino teve 36% (3.077.411) dos votos; Juarez Távora, 30%; Ademar de Barros, 26%; e Plínio Salgado, 8%. Jango, como vice-presidente, teve mais votos que Juscelino: 3.591.409 votos

²⁹ A tese era tão absurda que o próprio Afonso Arinos, líder da UDN, confessaria depois: “Como os candidatos eram quatro, sendo três deles fortes, Juarez, Juscelino e Ademar, eu sustentava o óbvio; ou seja, que o nosso próprio candidato (Juarez) só poderia vencer por maioria relativa. Como alegar *ex-post-facto* a necessidade de maioria absoluta?”. BOJUNGA, *op.cit.*, p.321.

rompimento com os quadros legais assumira a direção do Exército, abrindo espaço para o golpe de Estado.

Porém, a reação já estava sendo preparada, pois a legalidade havia sido ferida: como um coronel pode ter mais poder que um general, seu chefe, ministro da Guerra? Faz-se um contra-golpe, denominado de “Movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes”. Em defesa da Constituição, deveria ser rápido, fulminante e sem derramamento de sangue. Se desse errado, o risco de guerra civil era quase que total. Liderado por Lott, e pelo general do I Exército, Odílio Denys³⁰, foi exatamente como o planejado: na madrugada do dia 11, rapidamente se tomaram os pontos estratégicos do Rio de Janeiro e se buscou o apoio dos comandantes militares do resto do país, no que foram rapidamente atendidos. Apavorados, Carlos Luz, Carlos Lacerda, e mais alguns ministros se refugiaram no navio *Tamandaré*, que tomou direção rumo a Santos. Acreditavam que teriam o apoio do governador paulista, Jânio Quadros, o que não se confirmou; além disso, Santos foi rapidamente tomada pelo Exército, o que impediria o desembarque.

Numa sessão extraordinária no Congresso Nacional, no dia 11, um sábado, declarou-se Carlos Luz impedido de exercer a presidência, e se nomeou o catarinense Nereu Ramos, do PSD, que era vice-presidente do Senado, como presidente. Não houve punições por parte dos comandantes do movimento, exceto algumas breves prisões. Carlos Lacerda, receoso de ficar no Brasil, abriga-se na embaixada de Cuba, e parte para o exílio voluntário em Nova York, mas regressando logo após a posse de Juscelino. No dia 22, se declarou o presidente Café Filho também impedido, pois se acreditava que tinha fingido a crise cardíaca para favorecer os golpistas, e a 25, sob pressão militar, foi aprovado o estado de sítio, até o dia da posse de Juscelino Kubitschek e João Goulart, a 31 de janeiro de 1956. Começavam os “anos dourados” do Brasil: anos em que há desenvolvimento econômico conciliado com estabilidade democrática.

³⁰ O mesmo Odílio Denys que na crise da república de 1961 era ministro da Guerra, e queria impedir a posse de João Goulart na presidência.

2. "O jornal da família gaúcha": o Diário de Notícias até 1955

Na historiografia são poucos os trabalhos publicados que utilizam o *Diário de Notícias* como fonte. São poucas as referências em obras sobre a história da imprensa acerca do jornal, no máximo algumas linhas ou de uma a duas páginas, quando isso ocorre, o que é lastimável, tratando-se de um jornal que marcou a história da imprensa gaúcha.

O único livro que trata especificamente sobre a história do jornal é feito por Celito de Grandi, e é uma mistura de história do jornal, acontecimentos de redação (visto que o autor trabalhou muitos anos nesse jornal) e biografia de seu diretor geral, Ernesto Correa.³¹ Apesar de não ser um trabalho escrito por um historiador, o livro traz elementos importantes para a compreensão sobre os mandatários e a estrutura interna da publicação. A nível acadêmico, há alguns trabalhos, alguns fazendo uma comparação entre o *Diário de Notícias* e seu principal concorrente, o *Correio do Povo.*, como os trabalhos de Marcelo Steffens, onde o autor faz uma comparação entre as formas que os jornais mostram a imagem de Getúlio Vargas, no período entre 1950 e 1954,³² e o de Marcelo Fernando Gonzalez da Costa, que trata da apresentação da política externa do primeiro governo Perón, na Argentina.³³ Já trabalhos utilizando o *Diário* como fonte periódica única ainda são poucos; destaco o trabalho de Lisiandre Medianeira de Oliveira, que trata da atuação do diretório gaúcho do PSD (Partido Social Democrático) nas páginas do jornal.³⁴ Cabe referir que este foi o único trabalho encontrado que utiliza o *Diário* como fonte que avança além de 1954.

A fundação do *Diário de Notícias* se deu a 23 de outubro de 1924, com a fundação da Sociedade Anônima Gráfica Porto-alegrense. Tem sua primeira edição em 1º de março de 1925, sendo chefiado por Francisco Leonardo Truda, ex-redator do *Correio do Povo*, que

³¹ GRANDI, Celito de. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 1999. Para o diretor Ernesto Correa, cf.: TILL, Rodrigues. *Ernesto Correa (1905-1978): um dos maiores jornalistas gaúchos*. Porto Alegre: Renascença, 2001.

³² STEFFENS, Marcelo Hornos. *O Correio do Povo e o Diário de Notícias e a estratégia de utilização das imagens de Getúlio Vargas: 1950 a 1954*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História / PUCRS, 1998.

³³ COSTA, Marcelo Fernando Gonzalez da. *As repercussões da política externa argentina do primeiro governo Perón (1946-1952) na imprensa sul-rio-grandense*. São Leopoldo: Programa de Pós-Graduação em História / Unisinos, 2004.

³⁴ OLIVEIRA, Lisiane Medianeira de. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História / PUCRS, 2008.

saíra do jornal fundado por Caldas Junior, após discordâncias com o diretor José Alexandre Alcaraz.³⁵ No primeiro número, no chamado artigo-programa, onde o novo periódico explicitava o fim a que viera, o jornal esclarece que “estava em busca de um jornalismo moderno que “informe segura e minuciosamente o público, capaz de esclarecer à opinião toda a vez que problemas de interesse geral estejam em foco”.³⁶

O *Diário* surge numa conjuntura de declínio do chamado jornalismo político-partidário e ascensão das empresas jornalísticas. Para Nelson Sodré, que estuda a evolu o da imprensa brasileira, o novo jornal enquadra-se no que se denomina de “grande imprensa”, com o surgimento das empresas jornalísticas, no contexto já referido na introdu o. Já para Juarez Bahia, o *Diário* surge no que ele denomina de fase de consolida o, a segunda fase da imprensa brasileira, concordando com Sodré no marco temporal inicial: do fim da monarquia, até a Revolu o de 30. Nessa fase, há a preocupa o industrial, de obten o de lucros, com a introdu o de nova maquinaria, o advento da propaganda como fonte de renda, a qualifica o do jornalismo como profissão, num processo que continua após 1930.³⁷

Já Francisco Rüdiger, examinando a evolu o do jornalismo no Rio Grande do Sul, vai ao encontro da posi o de Sodré e Bahia, situando o surgimento do *Diário de Notícias* numa conjuntura de crise do jornalismo político-partidário gaúcho, representado pelo jornal governista *A Federa o*, mas num período mais distante do que coloca Sodré, que   situado na década de vinte. Entre os fatores que levam ao declínio desse jornalismo estão a crise mundial do pós-guerra, que encarece o preço do papel, que era todo importado; a ascensão das novas classes m dias, trazendo a forma o de novas expectativas culturais, e a diversifica o do público leitor, que exigia padrões gráficos e editoriais para os quais o jornalismo político partidário não estava em condi o de oferecer; posteriormente, já nos anos 30, a situa o política do país, com as Revolu es de 30 e 32, e o Estado Novo, em

³⁵ GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p.236-242.

³⁶ OLIVEIRA, *op.cit.*, p.18-19

³⁷ BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. Brasília: MEC/Imprensa Nacional, 1972, p.53-62

1937, que fecham diversos jornais.³⁸ Além disso, “a modernização das relações sociais havia progredido, permitindo uma diminuição da dependência da imprensa ao campo político”.³⁹

A partir dessa perspectiva, Rüdiger coloca tanto o *Diário de Notícias* como o seu concorrente, o *Correio do Povo*, como a vanguarda do “jornalismo informativo” gaúcho, pelos moldes capitalistas da sua organização empresarial e pela resposta que davam às novas demandas. Isto era a chave para o seu fortalecimento, impulsionado nos anos 30 pelo início da industrialização, com expansão das atividades comerciais e a criação do negócio da publicidade, que permitia a modernização dos jornais, mas também a concentração da imprensa em poucas empresas, pela concentração da distribuição dos anúncios e de suas receitas.⁴⁰

No final dos anos 20, o jornal entra numa profunda crise econômica. Então, Assis Chateaubriand, envolvido com a campanha de Getúlio Vargas à presidência da república, e iniciando a montagem de sua rede nacional de jornais, consegue comprar o *Diário*, inclusive com dinheiro da chapa getulista, a Aliança Liberal. O jornal, em 1930, passa a fazer parte do grupo que mais tarde viria também a possuir estações de rádio e televisão, e que seria chamado de *Diários Associados*. O jornal, a partir de então, passa a participar mais diretamente dos assuntos políticos do país. Apóia Getúlio nas eleições e na revolução de 30, mas começa a divergir deste a partir do Levante Paulista de 1932. Nesse ano, o *Diário* fica fechado de julho até dezembro, e vários jornalistas são presos, inclusive seu futuro diretor, Ernesto Correa. A partir daí, passa a ter uma relação de conveniência com Vargas, não fazendo maiores oposições ao Estado Novo. Mas quando da redemocratização de 1945, o jornal passa a fazer uma pesada campanha antivarguista, assim como todos os órgãos associados e a maior parte da imprensa brasileira, campanha essa que vai até o suicídio de Vargas.⁴¹ Na crise de 1954, o jornal chega a publicar trechos do jornal *Tribuna da Imprensa*, comandado por Carlos Lacerda, que fazia oposição sistemática a Getúlio e que sofrera o

³⁸ RÜDIGER, *op.cit.*, p.39-43.

³⁹ *Id. Ibid.*, p.54

⁴⁰ *Id. Ibid.*, p.61-63.

⁴¹ Para a redemocratização de 1945 e para a campanha do “Petróleo é Nosso”, cf. OLIVEIRA, *op.cit.*, p.32-34 e p.220-223, respectivamente; para a eleição presidencial de 1950 e a crise da república de 1954, cf. STEFFENS, *op.cit.*, cap. 2 e 3.

atentado na rua Toneleiros. Esses trechos complementavam as opiniões expostas no editorial do periódico.⁴²

Porém, essa campanha antivarguista traz conseqüências desastrosas para o jornal. Revoltada, a população porto-alegrense simpatizante ao falecido presidente, logo após seu suicídio, ataca diversos estabelecimentos identificados com o capital estadunidense, como o City Bank e a embaixada dos EUA, e diretórios dos partidos políticos, como o da UDN. Além disso, foram atacados os prédios dos órgãos de comunicação que a população julgava que fizessem campanha contra Getulio: o jornal *O Estado do Rio Grande*, do Partido Libertador, e os órgãos Associados: o *Diário de Notícias*, que tinha sua sede na rua dos Andradas, em frente à praça da Alfândega, e a Rádio Farroupilha, que se localizava na esquina da rua Duque de Caxias com a avenida Borges de Medeiros. Todos incendiados pela multidão em fúria.

Assim, o jornal fica seis meses sem circular, só voltando em março de 1955, com um prejuízo de mais de um milhão de dólares. À época dos acontecimentos, as oficinas do jornal estavam situadas na rua Sete de Setembro, 604, e a gerência na rua dos Andradas, 1250. Custava, como os seus concorrentes, dois cruzeiros. Eram seus diretores três homens de concepções políticas bem diferentes, o que dificulta a caracterização do jornal com alguma tendência política: o lendário Ernesto Correa, que apesar de não ser filiado a nenhum partido político, conta-se que era simpatizante de Getulio Vargas;⁴³ Say Marques, que era membro do Partido Libertador, sendo vereador em Porto Alegre⁴⁴, e João Calmon⁴⁵, filiado ao PSD (Partido Social Democrático), enviado especialmente por Assis Chateaubriand para reestruturar o jornal.

Rüdiger afirma que o jornal reapareceu com uma linha mais conservadora, que acabou fazendo com que este perdesse o contato com o novo público leitor⁴⁶, levando até a crise que provocou o fechamento do jornal, a 30 de dezembro de 1979. Celito De Grandi

⁴² STEFFENS, *op.cit.*, p.107-127; GRANDI, *op.cit.*, p.85.

⁴³ GRANDI, *op.cit.*, p.85.

⁴⁴ ANDRÉ, Alberto. *50 anos de imprensa*. Porto Alegre: Feplam, 1992, p.295-296; sobre Say Marques, cf.: TILL, Rodrigues. *Say Marques: o criador da Feira do Livro de Porto Alegre*. Porto Alegre: Evangraf, 2004.

⁴⁵ Logo após os acontecimentos de 1955, Calmon é chamado para a diretoria-geral dos Associados. Seria, após a morte de Chateaubriand, presidente do grupo jornalístico. Também foi parlamentar, sendo deputado federal e senador pelo Espírito Santo. CARNEIRO, *op.cit.*, p.212-218; MORAIS, *op.cit.*, p.413.

⁴⁶ RUDIGER, *op.cit.*, p.73

acompanha essa linha de pensamento, pelo menos para o estudo dos acontecimentos de 1955, dizendo que a postura dos *Associados* nessa crise de fora mais tênue do que em 1954.⁴⁷ Juarez Bahia afirma que os editoriais de Chateaubriand estão “na linha do notório conservadorismo, respingado de liberalismo, intransigente no entanto às tendências esquerdizantes”.⁴⁸ Ou seja, o conservadorismo não viria de agora, só porque o jornal fora incendiado, mas era característico de seu proprietário e da rede. Outras características de posicionamento do jornal seriam a defesa da do liberalismo político, da livre iniciativa e o antinacionalismo, com o impulso ao desenvolvimento via capital estrangeiro.⁴⁹

Pode ser mais conservadora ou tênue no sentido de que não se posiciona tão claramente quanto aos acontecimentos políticos. Alzira Abreu salienta que os anos 50, na imprensa brasileira, foram um momento de abandono definitivo do jornalismo de opinião, de forte influência francesa, num processo iniciado anteriormente e consolidado com um contexto de desenvolvimento econômico, democracia e eferescência cultural, trazendo um jornalismo onde a notícia e uma linguagem mais objetiva passaram a ocupar maior espaço.⁵⁰ Fernando Lattman-Weltman, inspirado em Habermas, também identifica nos anos 50 esse período de transição: supera-se o conceito de jornalismo literário, que é um misto de divulgação de notícias e opiniões, que era de um contexto já superado, em que “a burguesia ascendente lutava contra o antigo regime, forjando novas concepções de espaço público e de valores a ele relacionados”.⁵¹

Lembremos, porém, os aspectos ressaltados na introdução: o jornal tem uma opinião e a defende, mesmo que não explicitamente, com notícias sutis capazes de formatar a opinião pública, se valendo de termos comparativos, diagramação. Verificamos quais eram as tendências que norteavam a produção do jornal, que era parte de uma cadeia nacional de comunicações. Partiremos, agora, para investigar a opinião do *Diário* frente à crise da república de 1955.

⁴⁷ GRANDI, *op.cit.*, p.96.

⁴⁸ BAHIA, *op.cit.*, p.74

⁴⁹ CARNEIRO, *op.cit.*, p.201-205.

⁵⁰ ABREU, Alzira Alves. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: _____ (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p.15-16.

⁵¹ LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves de (org.), *op.cit.*, p.158-159.

3. O Diário de Notícias e a crise de 1955

Após contextualizarmos em qual terreno historiográfico estamos adentrando e a fonte e objeto da pesquisa, partiremos para a análise do posicionamento do *Diário de Notícias* frente à crise de 1955.

Partiremos da idéia de “leitura intensiva”, proposta por Cláudio Elmir.⁵² Esta deve ser uma leitura meticulosa, demorada, exaustiva, pois o tempo da experiência de leitura que o historiador faz não é o mesmo do tempo da formulação do texto jornalístico. O historiador deve sempre ter em mente que o público-alvo do texto publicado pelo periódico não é o historiador, mas homens que estão deslocados no tempo e no espaço, que tiveram outras experiências sociais.

Elmir alerta que o historiador deve buscar a “regularidade” no trato de sua fonte, para que não se baseie em um fragmento único, isolado do contexto geral da publicação, que comprometeria a análise do trabalho: “em pesquisa com o jornal, a análise do maior número deve ser a primeira garantia para o não cometimento do erro; ainda que não seja toda a garantia”.⁵³

A partir dessa perspectiva, faremos uma “leitura intensiva” dos exemplares do *Diário de Notícias* que representam o período máximo da crise: de 2 de outubro, véspera das eleições (que eram na segunda-feira, 3, data em que o jornal não circulava) e 20 de novembro, pouco mais de uma semana após o contra-golpe do dia 11 de novembro. Excluo, portanto, do corpo documental a ser analisado o período de 22 de novembro até 31 de janeiro de 1956, período em que o país esteve sob estado de sítio.

Serão analisadas todas as notícias que tratam de política nacional, que geralmente se encontravam na contracapa do jornal; por sua vez, serão excluídas as notícias que tratam de política estadual e municipal,⁵⁴ a menos que tenham a ver com os acontecimentos nacionais, visto que será trabalhado um acontecimento que se desenrolou neste plano. A esmagadora

⁵² ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, no. 13, 1995.

⁵³ *Id. Ibid.*, p.23

⁵⁴ Em 1955, junto com as eleições para presidente, no Rio Grande do Sul houve eleições para prefeito. Na capital, o vencedor foi Leonel Brizola (PTB).

maioria das notícias lidas provém da Agência Meridional, a agência de notícias dos *Diários Associados*. Portanto, já há um prévio condicionamento do que o jornal irá publicar, visto que pode haver um bloqueio de certas informações que não deveriam ser publicados, por quaisquer motivos, pelos jornais da cadeia, já na fonte dos acontecimentos: a capital do país, Rio de Janeiro.

Comecei a análise estudando os editoriais, que eram dois: o editorial propriamente dito e o artigo do proprietário, Assis Chateaubriand.⁵⁵ Partimos deste pressuposto pois

nesta área, que representa uma parte bastante minoritária na edição completa do jornal, encontramos de forma clara o posicionamento institucional. Porém, não se pode negar que toda a construção do exemplar, em diferentes medidas, é consequência da orientação e supervisão desta mesma linha jornalística.⁵⁶

O que surpreende nos editoriais propriamente ditos é que eles quase não tratam da crise política: e quando tratam, são no mês de outubro, ou seja, no mês que não foi o auge da crise. Não há, por exemplo, nenhuma menção ao discurso do coronel Mamede ou ao contra-golpe. Isso coincide com a posição de Rüdiger, e também de Grandi, de que o jornal estava mais conservador; não necessariamente com idéias conservadoras (apesar de, segundo Bahia, ser o conservadorismo uma característica de Chateaubriand), mas procurando se esquivar de comentar os fatos políticos, para evitar maiores problemas a um jornal em reconstrução. A tônica desses editoriais está na crítica aos problemas econômicos do país.

Parti, então, para a análise qualitativa dos artigos de Chatô, dos artigos de colonismo político de Murilo Marroquim⁵⁷, jornalista de grande destaque na cadeia *Associada*⁵⁸, e para as notícias em si.

⁵⁵ Para se ter uma idéia da importância do artigo de Chateaubriand, entre 1960 e 1968 o *Correio Braziliense* não teve editorial: este era o artigo de Chateaubriand. CARNEIRO, *op.cit.*, p.608.

⁵⁶ BORGES, Julio de Azambuja. O perigo vermelho nas páginas de Zero Hora: anticomunismo e a construção da legitimidade da ditadura civil-militar (1964-1968). In: *Anais do IX Encontro Estadual de História*, Porto Alegre, 2008, p.7.

⁵⁷ Segundo Alberto André, o colonismo político surgiu na imprensa brasileira em 1946, com o próprio Marroquim, em *O Jornal*, órgão líder da cadeia Associada. ANDRÉ, *op.cit.*, p.82

⁵⁸ Murilo Marroquim era elogiado publicamente por Assis Chateaubriand pela qualidade de seus textos. Foi o primeiro correspondente de guerra da rede, durante a II Guerra, e correspondente da fundação do Estado de Israel, juntamente com Samuel Wainer. CARNEIRO, *op.cit.*, p.309

Feitas essas considerações, procurarei verificar como o jornal apresenta os acontecimentos e as pessoas envolvidas com a crise de 1955. Os acontecimentos escolhidos são a eleição de 3 de outubro, as relações de Chateaubriand com JK e Jango, as justificativas da oposição para tentar impedir a posse de Juscelino, e o contra-golpe de 11 de novembro. Quanto às personalidades envolvidas, a análise será feita em torno dos nomes de Juscelino Kubitschek, João Goulart e o líder do contra-golpe, general Henrique Lott.

3.1. As eleições e a democracia

Como o jornal apresenta a seus leitores as eleições de 3 de outubro? Para responder, começaremos analisando a edição de 2 de outubro, véspera da eleição. O primeiro aspecto que deve ser salientado na cobertura do jornal sobre o processo eleitoral é a sua importância. Logo na capa, abaixo do título da manchete, está a afirmação: “O mais importante comício cívico da história política da nação”. Portanto, logo na capa, o jornal já demonstra a importância do processo eleitoral que se realizará. Logo abaixo, o jornal continua demonstrando esse aspecto, com uma notícia de título profético: Votemos amanhã como quem celebra um sacrifício perante Deus; vejamos um trecho dessa notícia:

Todos sabemos que sem liberdade não há democracia. E a liberdade e a democracia se nutrem e sobrevivem na pureza espiritual do povo. Nas mãos do povo está a sua própria sentença: viver em liberdade na democracia, ou em escravidão na tirania. Basta um gesto para que o grande ato se opere: votar. Votar pensando na Pátria, nos superiores interesses da nação. Votar como quem celebra um sacrifício perante Deus, com o coração limpo e com a mente pura. (...) Temos um destino luminoso a cumprir dentro da paz, da liberdade e da democracia. Só o atingiremos se o voto de cada um de nós, na eleição de amanhã, for o voto da consciência sem fel, da consciência límpida e inspirada em Deus e na Pátria.⁵⁹

Constata-se neste trecho, mais uma vez, a importância do momento: o voto determinaria se o povo viveria na liberdade, associada ao regime democrático, ou na tirania, comparada com a escravidão. Além disso, o país tinha um destino grandioso a cumprir, mas somente dentro da paz, da liberdade e da democracia. Podemos pensar que as referências à liberdade, à democracia e a comparação da tirania com a escravidão sejam uma resposta da rede *Associada* às pregações de Carlos Lacerda, que já antes da eleição pregava um regime

⁵⁹ *Diário de Notícias*, 2.10.1955, capa.

de exceção, ou também resposta ao comunismo, já que a cadeia era declaradamente anticomunista.⁶⁰

Um aspecto que chama a atenção no trecho anterior é a referência a Deus. Acredito que esta forma de expressão era uma maneira de se aproximar da linguagem do leitor, num momento em que o catolicismo era extremamente influente, ao mesmo tempo em que dá um apelo maior à notícia. Complementando esse ponto de vista, fala na contracapa do 2º caderno o arcebispo de Porto Alegre, dom Vicente Scherer, que era uma autoridade moral para os gaúchos. O título da matéria diz muito: Quem não vota ou vota mal atenta contra seus próprios interesses e ainda compromete o bem geral da nação. O título da matéria já demonstra que é uma hora de extrema responsabilidade para o povo da nação, o que é complementado pelo texto da matéria, onde fala o arcebispo:

De alguma forma, muito real, a sorte e o futuro do país e dos municípios, e assim o destino de todos nós, está colocado em nossas mãos, depende do nosso voto. [...] De nossa escolha dependerá a justiça de nossas leis, a honestidade de nossos governos, a solução de gravíssimos problemas que torturam todas as camadas sociais. Quem não vota ou vota mal atenta contra seus próprios interesses e ainda compromete o bem geral da nação.⁶¹

O jornal, para influenciar a opinião pública e divulgar o seu ideário, utiliza como recurso a fala de um “líder de opinião”, que pudesse influenciar o grupo do qual era representante.⁶² Nesse caso, para demonstrar a importância da eleição, utiliza a figura do arcebispo de Porto Alegre, líder dos católicos gaúchos e representante do líder máximo católico, o papa.

Nos dias seguintes, essa noção da importância das eleições é complementada. Na edição do dia 5, primeira data de publicação do jornal após as eleições, há declarações de Jânio Quadros, à época governador de São Paulo, onde este dizia: “O momento é de expectativa. (...) Só posso dizer que o dia de hoje vai ser o da Redenção Nacional ou o do

⁶⁰ CARNEIRO, *op.cit.*

⁶¹ *Diário de Notícias*, 2.10.1955, contracapa do 2º caderno.

⁶² NOGUEIRA, Maristel Pereira. *Universidade de 63: reconstrução da memória através da perspectiva dos jornais*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História / PUCRS, 2004, p.74-75.

Juízo Final”.⁶³ Na mesma edição, como manchete da contracapa, mais expressões que comprovavam a importância do momento.

O dia 3 de outubro, decisivo para a atualidade brasileira, foi intensamente vivido em Porto Alegre, como de resto, naturalmente, em todo o país. A população da capital gaúcha, no cumprimento soberano de seu mais alto dever cívico, emprestou ao pleito um clima de enorme expectativa [...] Foi, efetivamente, um dia decisivo para os destinos do país, da mesma forma como o fora para as esperanças dos inúmeros candidatos [...] O povo se havia pronunciado escolhendo os nomes de sua preferência e assegurando, no seu ato cívico, a preservação do regime democrático e o respeito devido às instituições nacionais.⁶⁴

Portanto, podemos concluir que o jornal procura influenciar a opinião pública, demonstrando que este é um momento de extrema importância na história do país, um momento onde se escolheria um projeto, um caminho para o futuro da nação. Trata-se o voto não como um direito, mas como um dever, o dever máximo do cidadão, que deve saber utilizá-lo bem, para não se arrepender posteriormente. Não se deveria fazer uma revolução para sanar os males do país; bastava votar, mas votar bem.

Um outro aspecto que merece ser destacado na cobertura das eleições é a afirmação da democracia no país. Na capa da edição do dia 2, sob o título de Já há um vitorioso em três de outubro: o regime democrático, revitalizado, firme e incólume, a reportagem do jornalista Marcelo Pimentel refere-se à democracia como

Aquela arvorezinha tenra, de que falou o sr. Otávio Mangabeira, certa feita, deve ter se transformado num poderoso jacarandá, pois em caso contrário, não teria resistido ao turbulento embate de uma campanha áspera, onde a mentira oficializada predominou e toda sorte de torpezas foram assacadas contra alguns dos candidatos.⁶⁵

O jornalista, ao fazer a comparação da democracia com uma árvore do porte de um jacarandá, dá a impressão ao leitor de que esta consolidara-se, que resistirá a todas as tentativas de desestabilizar ou terminá-la.

⁶³ *Diário de Notícias*, 5.10.1955, capa

⁶⁴ *Diário de Notícias*, 5.10.1955, contracapa

⁶⁵ *Diário de Notícias*, 2.10.1955, capa. O sr. Otávio Mangabeira fala, após o contra-golpe, da mesma maneira: “Comparei-a, certa vez, a uma plantinha tenra, e dizia: ‘Não a exponham, não cometam a maldade de expô-la ao sopro belo em alguns dos seus aspectos, porém de bases tão fracas que desabaria fatalmente, se exposta à tempestade’”. (edição do dia 17.11.1955, p.18)

Uma palavra que será chave na cobertura do *Diário de Notícias* será normalidade, o que representaria de fato que a democracia brasileira estava consolidada. As notícias dos dias seguintes, com depoimentos dos juizes dos Tribunais Regional e Superior Eleitoral, nesse caso servindo para a figura do líder de opinião, os conhecedores do assunto; e outras notícias sobre os resultados do pleito nos diversos municípios, relatam a situação calma na qual se decorreu o voto. Como exemplo dessa tendência, temos uma notícia do dia 5 de outubro, de título Transcorreu em perfeita ordem o pleito no Estado. Diz o texto da notícia:

O fato referente às eleições de segunda-feira que mais tem sido ressaltado por todos, e com razão, é o que diz respeito à ordem e normalidade da realização do pleito. E esta observação merece, efetivamente, ser destacada, pois outra coisa não significa do que a elevação de nível moral e cívico de todos aqueles, cujo voto, consciente e livre, há de representar sempre a preservação do regime democrático no país.⁶⁶

Essa notícia é complementada por outra, onde fala o presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o líder de opinião, Cristiano de Paula Dias:

“Sinto grande satisfação cívica – disse o desembargador Paula Dias – em ter constatado, de acordo com minhas previsões, que o pleito, em todo o estado, decorreu em perfeita ordem e normalidade [...] não tenho comunicação alguma de ter deixado de se instalar qualquer das 6000 mesas receptoras nas secções eleitorais do Rio Grande do Sul.”⁶⁷

O jornal procura explorar ao máximo essa normalidade. Isso decorre porque a

normalidade na política é tão explorada pelos jornais porque ela representa, principalmente, a garantia de um dia-a-dia dentro do planejado, do rotineiro, de situações ordinárias e ordenadas, [...] No que tange às páginas de política nacional, é importante ter em mente, que a situação de normalidade é relacionada, geralmente, a um personagem que está ligado de alguma forma aos projetos das empresas jornalísticas, aos interesses pessoais do dono do jornal, a governos favoráveis, etc.⁶⁸

Se há uma normalidade, portanto, é porque não há elementos no processo político que se contraponham às intenções dos proprietários do jornal. Creio que nenhum das quatro

⁶⁶ *Diário de Notícias*, 5.10.1955, contracapa

⁶⁷ *Diário de Notícias*, 5.10.1955, contracapa

⁶⁸ STEFFENS, *op.cit.*, p.65

chapas concorrentes merecia objeções quanto às suas plataformas, não representavam riscos, o que é complementado pelas notícias da *United Press*, agência estadunidense de notícias com a qual os *Diários Associados* tinham convênio. Esta, retransmitindo notícias de diversos países e editoriais de diversas revistas, insiste na ordem do pleito e que, seja quem for o presidente, a economia e os investimentos estrangeiros crescerão. Não há nenhuma ameaça que impeça isso.

Mas continuando com a consolidação da democracia, o jornal deixa uma idéia dúbia sobre este aspecto: trata-se da presença militar durante o processo eleitoral. Em muitos municípios, sobretudo no Nordeste, mas também no Rio Grande do Sul, há a presença de tropas das três armas, para garantir a normalidade das eleições. Notícias que informam sobre a presença militar são comuns, não só na edição da véspera, mas durante as edições seguintes. Um exemplo é a notícia, manchete da contracapa do dia 2, que tem como título, em letras garrafais: Pára-quadristas de prontidão para casos de urgência.

Por um lado, isso pode ser até interpretado como um aspecto positivo: afinal, as Forças Armadas estão ao lado das forças democráticas, auxiliando na consolidação da democracia. Porém, essas notícias também podem ser interpretadas por um outro lado, este negativo: por que são necessárias tropas para garantir as eleições? Não será por que o processo democrático ainda é frágil, está em construção e não superou velhos obstáculos, como o poder de certas oligarquias locais? Justamente o contrário da notícia da capa, que trata de uma democracia firme, da arvorezinha que cresceu, resistente a quaisquer acontecimentos. Este aspecto o *Diário de Notícias* explora durante as suas próximas edições.

No dia 7, duas matérias comentam sobre a fragilidade de nossa democracia. A primeira, na segunda página, externava a posição do dono dos *Diários Associados*, Assis Chateaubriand sobre as eleições e o eleitorado brasileiro. Fala o texto, sobre o discurso de Chatô no Senado Federal, no dia anterior, que

“se prosseguirmos nesse ritmo, dentro de 20 anos poderemos possuir uma democracia consciente”. Tivemos uma experiência louvável, apesar dos efeitos daninhos e perturbadores do fator financeiro. A influência do dinheiro ainda é um

fato profundamente lamentável. Acentuou o sr. Assis Chateaubriand que carecemos já e já, de fazer a reforma eleitoral.⁶⁹

Ou seja, segundo o proprietário do jornal, havia uma grande experiência, mas a democracia ainda estava em construção. Era frágil, por causa do fator financeiro, que permitia que os mais fortes economicamente vencessem as eleições. Era necessária uma mudança; porém, esta não devia ser muito profunda, num tom conservador característico do dono dos *Associados*: estávamos no caminho certo, para futuramente termos um eleitorado consciente.

Na segunda matéria, a direção do jornal, em editorial denominado Para melhorar o processo eleitoral, dá sugestões para aperfeiçoar a democracia brasileira:

O que impressiona desfavoravelmente no processo eleitoral brasileiro é a lentidão com que se conhecem os resultados do pleito. O país fica em suspenso durante dias e até semanas, na expectativa dos algarismos lentamente tirados das urnas. Não se compreende porque a apuração não é feita imediatamente após o encerramento da votação, como sucede nos Estados Unidos e noutros países. Os mesários poderiam encarregar-se da contagem do voto, abrindo as urnas no próprio local. Estamos certos de que, no curso das experiências dos últimos pleitos, a Justiça Eleitoral terá colhido elementos para propor pequenas reformas capazes de melhorar, sensivelmente, os nossos métodos eleitorais, inclusive tornando mais rápida a apuração.⁷⁰

Agora, portanto, o problema era a apuração das eleições, extremamente lentas, que deixavam o país em expectativa e o paralisavam. Como diz o editorial, não era necessária uma grande reforma, pois se estava no caminho certo; mas havia muito a melhorar: ainda era frágil este aspecto da democracia nacional.

Outro fato que demonstra a fragilidade do sistema político são as constantes referências ao sistema colegiado e ao parlamentarismo, começando no dia 7, com a citação sobre o projeto do deputado Castilho Cabral. Essas referências continuam nas edições seguintes. Como texto representante dessa tendência do jornal, há o texto na contracapa do dia 8, onde o líder do governo e do partido que venceria as eleições, o Partido Social Democrático (PSD), falava sobre a fragilidade de nossa democracia:

⁶⁹ *Diário de Notícias*, 7.10.1955, p.2

⁷⁰ *Diário de Notícias*, 7.10.1955, p.4, editorial.

Gustavo Capanema pelo parlamentarismo alemão

- "Considero o presidencialismo da Constituição brasileira (de 1946) como uma solução extinta".

Rio, 7 (Meridional) - "Considero o presidencialismo da Constituição de 1946 como uma solução extinta. Ou realizaremos uma profunda modificação no regime presidencialista, com o objetivo de promover-se a salvação nacional, ou teremos que adotar o parlamentarismo".⁷¹

Essas notícias serão repetidas com veemência pelo jornal durante os dias seguintes.⁷² É verdade que era um assunto corrente no Congresso. Mas será que somente seria uma reprodução dos fatos diários do Congresso? Desde o início havia dificuldades para se conseguir o número de assinaturas para levar adiante o projeto do parlamentarismo. E, após o contra-golpe, o projeto não foi adiante. Por que todo esse interesse do jornal e da rede *Associada* no parlamentarismo? Não seria uma tentativa de demonstrar que nosso regime político era frágil? Creio que sim. Uma outra hipótese para a ênfase no parlamentarismo é a relação com um dos diretores do jornal, Say Marques, à época vereador em Porto Alegre pelo Partido Libertador, que tinha como bandeira a adoção do parlamentarismo. Dando-se espaço ao parlamentarismo, também se dava espaço ao partido do diretor e às suas propostas.

3.2. Sobre JK e Jango

Para entender como o *Diário de Notícias* mostra ao seu leitor a dupla Juscelino Kubitschek e João Goulart é necessário fazer uma descrição das relações entre seu proprietário, Assis Chateaubriand, e os candidatos mencionados.

Chateaubriand já era amigo de JK desde o seu tempo de governador de Minas Gerais. Juscelino e seus amigos doaram 60 mil dólares para a aquisição de obras para o Museu de Arte de São Paulo.⁷³ Para Fernando Morais, autor de uma biografia sobre Chatô, ele estava em campanha para a candidatura do governador mineiro à presidência desde 1953, com uma série de reuniões com membros do PSD, visto que neste momento ele já tinha sido eleito senador. Este fato foi reforçado por uma tragédia: no dia 18 de junho desse ano, houve um acidente aéreo com um vôo da companhia Panair, que vinha do Recife com direção a São

⁷¹ *Diário de Notícias*, 8.10.1955, contracapa

⁷² Entre as notícias que tratam do parlamentarismo, pode-se citar as edições, no mês de outubro, do dia 20 (p.2), 26 (contracapa), 27 (contracapa); no mês de novembro: dia 8 (contracapa)

⁷³ CARNEIRO, *op.cit.*, p.284

Paulo. O dono dos *Diários Associados* deveria estar nesse vôo, mas o perdeu no Recife, por causa do atraso de uma dessas reuniões. Acreditando que fora salvo pela figura do então governador mineiro, Chateaubriand escreve no seu artigo do dia seguinte: “O governador Juscelino salvou-me a vida. Tenho a obrigação, a partir desta data, de tê-lo eternamente como meu amo e senhor”.⁷⁴

Mas para apoiar um candidato numa eleição não se leva em conta apenas um fator sobrenatural ou de acaso, como no episódio acima citado. Havia interesses que deveriam ser considerados para que os *Associados* apoiassem a candidatura Juscelino.

Em primeiro lugar, Chateaubriand perdeu as eleições para o Senado em 1954 no seu estado natal, a Paraíba. Querendo a todo custo voltar ao parlamento, faz uma chantagem com Tancredo Neves, chefe de campanha de Juscelino: ou conseguia a cadeira no Senado ou os *Associados* não se comprometeriam com a campanha. A solução encontrada foi a sua candidatura pelo Maranhão, estado que mal conhecia, forçando a renúncia de um senador e de seu suplente. Assim consegue a convocação de novas eleições, nas quais vence e é defendido por Juscelino. Agora, Chatô teria uma “dívida de gratidão” com o seu partido, o PSD, tendo que apoiar a candidatura JK.

Por outro lado, a campanha do ex-governador mineiro também era uma excelente fonte de recursos financeiros para o grupo jornalístico. Afinal, mesmo que Chateaubriand tivesse uma “dívida de gratidão” com JK, o grupo era, acima de tudo, regido pela lógica do lucro. Não recusava anúncio de nenhum concorrente a cargos públicos, mas dava uma preferência aos anúncios da chapa encabeçada pelo PSD. Ao final da campanha, em anúncios e cobertura privilegiada da campanha, a chapa devia US\$ 1,3 milhão (aproximadamente 100 milhões de cruzeiros).⁷⁵ Ou seja, além de importante para o proprietário do jornal, por defender um governo do partido ao qual estava filiado, também era uma excelente forma de obter dinheiro.

Mas um aspecto da campanha decepcionou muito Chateaubriand: a aliança com o PTB e a indicação de João Goulart como candidato à vice-presidência. Para alguém que tinha insistentemente atacado Getúlio Vargas e sua política nacionalista, a volta de Vargas, através

⁷⁴ MORAIS, *op.cit.*, p.547-549.

⁷⁵ *Id. Ibid.*, 573

da figura de Jango, era um retrocesso. Essa inimizade com Jango vem desde o tempo de sua passagem pelo ministério do trabalho, mas se acentuou na campanha de Chatô ao Senado, pela Paraíba, eleição a qual perdeu. É que, segundo ele, Jango foi contra a sua candidatura, procurando

“um homem político da Paraíba e, abertamente, se pronunciou contra a minha reeleição a senador daquele Estado. Deu as suas razões, enumerou os motivos que tinha para combater-me e eu interpretei a sua conduta como inteiramente lógica e razoável”.⁷⁶

A partir daí, Jango passa a ser tratado de outra forma pelo proprietário dos *Associados*, ainda em 1954, sendo relacionado aos “soviéticos”.⁷⁷ Essas críticas serão amenizadas durante o período de campanha, para não prejudicar a candidatura de Juscelino, mas os traços dessa oposição continuarão presentes nas páginas do jornal.

Um artigo de Chateaubriand que demonstra bem as suas relações com Juscelino e Jango é publicado logo após a eleição, no dia 11 de outubro. O tratamento que é dado a Juscelino é impressionante, já num momento em que começam a aparecer as teses golpistas, das quais trataremos mais adiante. Escreve Chateaubriand:

Pretender desconhecer a inteligência do futuro chefe de governo, as suas excepcionais qualidades de homem de ação e de realizador, fôra nivelar-se aos seus subalternos adversários, que lhe moveram, de saída, uma injusta e feroz campanha. Pelo que fez em Minas, pelo programa que traçou e cumpriu no seu estado, ver-se-á do que é capaz, como aptidão administrativa, o novo primeiro magistrado da nação.⁷⁸

Realça-se, nesse trecho, o que já fez em Minas Gerais, sendo um homem inteligente e com aptidões administrativas já comprovadas com um magnífico trabalho. Porém, o ranço com a aliança entre PSD e PTB persiste.

É indubitável que, para administrar o Brasil como um Estado moderno, uma das primeiras cargas que o sr. Kubitschek terá que jogar ao mar, será o nacionalismo bastardo de que ele se serviu para ter o Partido Trabalhista ao seu lado. [...] Nenhum brasileiro, disposto a civilizar e a engrandecer a sua pátria, poderá

⁷⁶ *Diário de Notícias*, 12.3.1954 apud OLIVEIRA, *op.cit.*, p.231

⁷⁷ OLIVEIRA, *op.cit.*, p.231.

⁷⁸ *Diário de Notícias*, 11.10.1955, p.4

colaborar com certos pontos de vista retrógrados, de que se utilizou o ex-governador de Minas para ganhar votos trabalhistas. Basta de concessões à ignorância de certas correntes trabalhistas e também à perfídia e à traição comunistas. Não foi sem o maior dos desapontamentos que todos nós, admiradores do sr. Kubitschek, vimo-lo baixar da linha elevada em que se mantinha, desde anos, diante da boçalidade jacobina para cortejá-la como ele o fez, nos seus discursos de campanha que vem de terminar.⁷⁹

Chateaubriand, que sempre defendeu a livre iniciativa (por isso foi contra a criação da Petrobrás) e a entrada de capitais estrangeiros para o desenvolvimento do país, faz uma pesada crítica ao nacionalismo, classificando-o de retrógrado e bastardo, incluindo nesse perfil à “traição comunista”, associando-a ao trabalhismo. Para defender essas posições, ao final do artigo, escreve:

É indispensável encerrar o período vergonhoso, as horas acabruhadoras que temos vivido nestes vinte e cinco últimos anos, e em que voluntariamente se lançaram fora todas as oportunidades de tirar o Brasil do atoleiro de miséria em que ele pateja. Capacitou a insensatez jacobina do povo brasileiro de que ele é auto-suficiente em tudo. Que não carece em nenhuma linha das suas atividades, da cooperação de fora.⁸⁰

Quando Chateaubriand refere-se às horas acabruhadoras e aos vinte e cinco anos leia-se Getúlio Vargas e seu nacionalismo, anteriormente classificado como bastardo e retrógrado, que não tirara o Brasil da miséria em que se encontrava. Como Jango se fazia entender como sucessor de Vargas,⁸¹ inclusive em seus discursos, era uma crítica direcionada ao candidato à vice-presidente e ao PTB, partido que defendia as posições de Vargas e era presidido por Jango.

Essa crítica ao nacionalismo e as conturbadas relações entre Jango e Chateaubriand fazem com que Jango seja pouco noticiado pelo *Diário de Notícias* (apenas cinco notícias) após as eleições.⁸² Compensando os ataques que Chatô fazia ao nacionalismo (e

⁷⁹ *Id. Ibid.*

⁸⁰ *Id. Ibid.*

⁸¹ “Mantivemos bem alta, livre e altaneira, a bandeira que recebemos de Vargas na trágica madrugada de 24 de agosto de 1954. Esta bandeira, agora, pertence ao povo, pertence aos trabalhadores”. Declaração de Jango ao povo brasileiro através da Agência Meridional, *Diário de Notícias*, 2.10.1955, p.4 do 2º caderno.

⁸² *Diário de Notícias*, edições dos dias 12 de outubro, contracapa; 16 de outubro, contracapa; 26 de outubro, contracapa. As outras duas notícias referem-se a uma suposta tentativa de atentado a Jango, que depois foi desmentida: edições dos dias 9 e 11 de outubro, ambas na contracapa.

conseqüentemente ao PTB de Goulart), Murilo Marroquim procurava enfatizar o aspecto da legalidade da posse de Jango, que era atacada pelos seus opositores. Em dois artigos do quadro Panorama Político, o colunista político defende Jango das acusações que vinha sofrendo.

Ora, o sr. João Goulart está hoje aparecendo, aos olhos da nação, como um político vitimado por calúnias; a notícia sobre o roubo de armas, para uma revolução, resumiu-se afinal numa farsa; e o último impacto, sobre suas ligações com o peronismo, também tem todas as características de uma farsa ainda mais rumorosa. Dado antes de 24 de agosto como um mandante de assassinio, apontado como um dilapidador dos dinheiros públicos, incriminado como um inspirado líder da República Sindicalista – que se obteve, de concreto, do sr. João Goulart, quando todas as portas foram abertas para uma devassa na sua vida política e privada? Nada...efetivamente.⁸³

Creio que a defesa de Marroquim a Jango siga uma estratégia parecida com a que foi utilizada em 1950 pelos *Diários Associados*, na qual o repórter Samuel Wainer fazia a cobertura da campanha de Vargas, e Marroquim escrevia artigos contrários.⁸⁴ Aqui, no caso, Chatô atacava o nacionalismo de Jango e do PTB, mas através de Marroquim defendia a legalidade de sua posse, pois se Jango não tomasse posse, o risco de Juscelino, o candidato de Chatô não tomar posse também era bastante alto.

O que estranha é o fato de Jango ter sumido durante o auge da crise, com o contra-golpe do dia 11 de novembro. No dia 26 de outubro, o jornal noticia que Jango estava seguindo para o Mato Grosso e regressaria dentro de dez dias. Porém, os dez dias se passaram e nada de Jango aparecer. Nem nesse momento, nem depois. O silêncio é ainda mais constrangedor se tratando de um jornal gaúcho. Ninguém foi acompanhar as férias de Jango no Mato Grosso, nem colheu alguma impressão sobre o movimento militar. Não há cobertura se Jango chegou ao estado depois dessa viagem. As relações não muito amistosas entre Jango e Chateaubriand contribuem para fazer com que não se noticie o presidente do PTB depois do dia 26 de outubro, justamente quando é o auge da crise. É um silêncio muito estranho.

⁸³ *Diário de Notícias*, 12.10.1955, p.3; o outro artigo, quase nas mesmas palavras, é do dia 20.10.1955, p.3.

⁸⁴ MORAIS, *op.cit.*, p.513; WAINER, *op.cit.*, Rio de Janeiro: Record, 1988, p.38.

Já a cobertura dada a Juscelino Kubitschek era bem diferente, conforme as relações que os dois mantinham há muito tempo. Este aparece quase todos os dias depois das eleições, mesmo que em notícias curtas. Nessas notícias curtas geralmente explora-se a imagem de um Juscelino conciliador, que “não usará o poder para oprimir ou ferir direitos”,⁸⁵ e de um presidente atuante no momento político nacional, tratando não só do seu futuro governo (que estava ainda sendo ameaçado) mas de problemas atuais. Como as notícias são pequenas e é difícil descobrir algum conteúdo de apoio explícito a JK, já que outras personalidades estavam todos os dias no jornal, inclusive membros da oposição, como Carlos Lacerda e Juarez Távora, tratei de verificar qual a impressão do exterior sobre JK.

Um jornal só publica algo se este está de acordo com o seu programa ou valores. Isto se inclui também no tocante às notícias vindas do estrangeiro. As notícias vindas do exterior que tratam sobre JK, apesar de serem poucas, além de confirmar o que foi tratado na primeira parte do capítulo, do caráter ordeiro e de normalidade das eleições, tratam de rechaçar o nacionalismo e o comunismo, e afirmar que o futuro presidente estaria aberto aos investimentos e à cooperação estrangeiras. Geralmente essas notícias trazem, em sua maior parte, citações de Juscelino, para comprovar o que a notícia queria passar. Demonstrando isso, o jornal publica

“Darei as boas-vindas à colaboração do capital estrangeiro, concedendo-lhe todas as garantias. Somos uma nação em fase de crescimento, e há muito – para não dizer tudo – a ser feito. Pretendo começar uma campanha permanente para atrair indústrias e outras empresas que desejem expandir-se em meu país”.⁸⁶

Era tudo o que Chateaubriand pregava: apoio ao capital estrangeiro e à iniciativa privada, além do rechaço ao comunismo e ao nacionalismo. As notícias vindas do exterior confirmavam o ideário do jornal.

⁸⁵ *Diário de Notícias*, 23.10.1955, contracapa.

⁸⁶ *Diário de Notícias*, 22.10.1955, p.3

3.3. As teses golpistas

Após a vitória de Juscelino e Jango nas eleições, a oposição, sobretudo a UDN, procura impugnar as eleições, conforme tratamos no primeiro capítulo. A bibliografia que trata de Chatô e Juscelino, cita os acordos entre os dois: os jornais da cadeia *Associada* refutariam as teses golpistas; em troca, Juscelino daria a Chateaubriand o cargo de embaixador na Grã-Bretanha.⁸⁷ Lendo o *Diário de Notícias*, pudemos comprovar o quanto o jornal defende o direito de Juscelino tomar posse.

Logo no dia 2 de outubro, na capa, mesmo sem saber quem será o vencedor, o jornal já proclama que os vencedores devem ser empossados.

O que há a proclamar, entretanto, é que o pronunciamento das urnas, qualquer que seja ele, deverá ser respeitado. Que a maior escolha. O que ela disser representará o pronunciamento soberano da nação. Que se recolham as baionetas e fiquem embainhadas as espadas. As urnas falaram.⁸⁸

Essa posição será complementada com uma entrevista com o presidente Café Filho, na capa da edição do dia 5. O título da matéria é - Não admito a possibilidade de ser negada a posse a qualquer dos candidatos eleitos. Ou seja, com a palavra do chefe supremo da nação, do “líder de opinião” o jornal dizia que não aceitava intromissões no processo eleitoral. Na entrevista, porém, não há nenhuma expressão que relate à frase da capa do jornal, nem nenhuma pergunta que se refira ao pleito de 3 de outubro. Parece que a frase da capa se deu numa conversa informal. Para complementar essa idéia, já com a vitória de Kubitschek e Jango no horizonte, o editorial do dia 14 de outubro realça, sob o título Respeito à vontade do povo:

[...] É natural que tenham voltado à posição anterior [as forças golpistas], isto é, ao desejo de que as forças armadas do país intervenham a fim de burlar a vontade do povo, livremente manifesta no pleito de 3 do corrente. É claro que esse pensamento negativista e contrário aos interesses do país não encontrará eco no espírito daqueles que só tem uma preocupação que é a de salvaguardar as instituições. [...]

Já agora, os srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart estão sagrados por um incontestável direito e esse direito lhes foi conferido pelo povo, numa eleição que

⁸⁷ MORAIS, *op.cit.*, p.575; CARNEIRO, *op.cit.*, p.386.

⁸⁸ *Diário de Notícias*, 2.10.1955, capa.

se notabilizou pelo espírito de ordem com que transcorreu, não havendo até agora, pelo menos, que se saiba, qualquer argüição mais séria contra a correção de seu processo. [...]

O Brasil manifestou nas urnas o desejo de ver na presidência e na vice-presidência da república os srs. Kubitschek e João Goulart. Só nos cumpre respeitar democraticamente essa vontade.⁸⁹

Portanto, através do seu editorial, o jornal declara que é a favor da posse dos eleitos, agora já sabendo que são Juscelino e Jango. A partir daí, passa a refutar com veemência as duas principais teses dos golpistas, que já vinham sendo combatidas: a da votação comunista e a da maioria absoluta.

Sobre a votação dos comunistas, a refutação da tese se dará geralmente na coluna Panorama Político, de Murilo Marroquim. Logo no dia 12 de outubro, quando se iniciavam as articulações para o encaminhamento das teses à justiça, ele questiona

Que é, afinal, um acordo com os comunistas? Para começar, a definição se torna impraticável, pois o Partido Comunista, do ponto de vista legal, não existe. [...] Ainda, segundo o regimento dos partidos interessados qualquer acordo só tem validade quando ratificado pelas convenções das respectivas agremiações. Não houve convenções do PSD e do PTB (e não podia haver do PCB, que legalmente não existe) para ratificarem o acordo com os comunistas. Ora, essas simples constatações mostram que será impossível que a Justiça Eleitoral encontre bases para reconhecer, sequer, a existência de um acordo entre os grupos citados. O pleito, por esse aspecto, não poderia ser anulado.[...] A luta eleitoral teve o seu curso e os eleitores escolheram os seus candidatos – e candidatos legalizados. Não, parece que o país se convença, em hipótese alguma, de que o pleito possa ser apagado pela justiça, na base de um “acordo” PSD-PTB com os comunistas.⁹⁰

Claramente, Marroquim explica o que era necessário para se ter firmado um acordo entre partidos: convenções dos partidos interessados em se coligar. Como não havia um Partido Comunista legalizado no país, não poderia haver convenção legal deste; portanto, não haveria ligação entre a chapa vitoriosa e os comunistas. Continuando, Marroquim destaca que o peso dos comunistas não seria suficiente para desequilibrar a eleição em favor de Juscelino e Jango. O argumento dos golpistas era de que os comunistas teriam dado mais ou menos 500 mil votos à dupla J-J. Vejamos o que Marroquim escreve:

⁸⁹ *Diário de Notícias*, 14.10.1955, p.4, editorial.

⁹⁰ *Diário de Notícias*, 12.10.1955, p.3

Poder-se-á honestamente afirmar que os comunistas dêem a vitória à chapa Kubitschek – João Goulart? A resposta ainda será negativa. Em 1945, num ambiente inteiramente diverso e com a redemocratização dando aos comunistas até uma aura de heroísmo romântico, Prestes obteve cerca de 500 mil votos para senador. Nas eleições subseqüentes, o comunismo perdeu substancialmente eleitores [...] eleitorado de Prestes, em 45, não foi totalmente comunista: resultou do retorno à legalidade, da atmosfera emocional que residia no extermínio da ditadura.⁹¹

Ou seja, os comunistas não teriam 500 mil votos para dar à dupla; quando houve tal votação, muitos votos vieram de quem não era comunista, num outro contexto. Complementando essa refutação da tese do apoio comunista, o editorial do dia 14 de outubro apela ao direito (que também é um dever, como no caso das eleições) constitucional do voto livre e secreto, e ataca mais fortemente os golpistas.

A alegação de que foram os comunistas que deram a vitória ao sr. Kubitschek é descabida. Não votaram como membros de um partido, pois que esse deixou de existir. Votaram como cidadãos, cumprindo um dever imposto pela legislação vigente. Se não tivessem votado cairiam sob as sanções da lei. Se votaram nos candidatos do PSD e do PTB, assim o fizeram no uso de um direito, qual seja o que a Constituição assegura aos cidadãos, de votarem naqueles que livremente escolheram. Seria um pretexto inqualificável alegar os sufrágios comunistas, inteiramente improváveis, em vista mesmo do segredo do voto, para invalidar uma eleição lisamente realizada..⁹²

Na véspera do contra-golpe de 11 de novembro, é a vez de Chateaubriand falar. Referindo-se ao apoio dos comunistas, não só refuta esse apoio, como coloca a culpa da derrota de Juarez Távora na própria UDN, através de seus erros.

A quem o sr. Juscelino Kubitschek deve a vitória que o sagrou nas urnas o candidato vitorioso à presidência? [...] Numa eleição, porém, se o candidato ajuda muito, contribuindo bastante, individualmente, para a colheita dos votos, são indispensáveis outros elementos, entre os quais têm excepcional importância as “gaffes” do adversário. [...] Aplicando esta minha filosofia ao sr. Juscelino Kubitschek, eu quero dizer que quem o elegeu não foram só o PSD e o PTB, secções do PR, senão também a UDN. Eu somo, na lista de sufrágios do candidato pessedista, quinhentos mil votos, só por conta da campanha do golpe. [...] Destarte, na hora em que o udenista exclama: é o golpe, é chegada a hora do golpe!, vamos chamar os militares e dar o golpe com eles, o udenismo criou dois

⁹¹ *Id. Ibid.*

⁹² *Diário de Notícias*, 14.10.1955, p.4, editorial.

estados d' alma indiscutíveis: a) deu ao seu eleitorado a certeza da sua fragilidade, a segurança da sua impotência para vencer e, logo, apagou espontaneamente no seu acampamento, o clarão da vitória; b) anunciou, com a presença dos soldados no campo da luta, o fim da democracia do sufrágio universal, ou seja avisou aos políticos que a política vai acabar, tomando a ditadura militar a posição até aqui ocupada pelos partidos, como instrumentos de governo.⁹³

Percebam que, ao tratar da quantia de 500 mil votos, não só Chateaubriand acaba refutando a tese de que Juscelino teria sido eleito com o apoio dos comunistas (podemos referir à citação anterior de Marroquim, referindo-se à eleição de Luis Carlos Prestes, em 1945), mas imputa à UDN, partido político rival, a sua própria derrota. Perdeu por pregar o golpismo, e dar os votos necessários à eleição de seu concorrente, os quais o partido considerava dados pelos comunistas, e que fizeram falta a Juarez Távora, seu candidato à presidência.

Concluindo, sustento que foi o golpismo um dos mais consideráveis eleitores do sr. Kubitschek. Duvido que ele se pudesse eleger sem o golpismo, o qual criou o movimento militar e civil do antigolpismo.
Que é o golpismo? O fim da democracia! O cadáver das instituições livres! A morte da emoção política numa coletividade!⁹⁴

Agora, depois de ser refutada a tese do apoio comunista, era a vez da questão da maioria absoluta. Murilo Marroquim demonstra claramente a posição do jornal e da rede *Associada* sobre essa questão, em diversos momentos. Como representante, a coluna do dia 22 de outubro fala.

Os udenistas insistem em que se “todo o poder emana do povo”, uma minoria não pode representá-lo devidamente. Puro engano. A multiplicidade de candidato não invalida o princípio da escolha pelo maior número. Ao povo foi dada a escolha, nos termos precisos da lei e o vitorioso, dentro das nossas realidades partidárias, teria forçosamente que obter maioria simples – o que é em si mesmo extraordinário. Pretender-se que o sr. Kubitschek não representa devidamente a nação porque houve votos para o gen. Távora, o sr. Ademar de Barros e o sr. Plínio Salgado, é escamotear a verdade política.⁹⁵

⁹³ Diário de Notícias, 10.11.1955, p.4

⁹⁴ *Id. Ibid.*

⁹⁵ Diário de Notícias, 12.10.1955, p.3

Nesse trecho, o colunista afirma que as regras do jogo político já haviam sido jogadas e que os votantes jogaram conforme elas. Além disso, critica os oposicionistas, que só se utilizavam deste expediente quando perdiam as eleições, querendo mudar as regras a seu bel-prazer.

Quem não se recorda daqueles poucos meses que antecederam o retorno de Vargas ao Catete? Pois bem, a Constituição não foi revogada no artigo em questão e o Congresso nada fez nesse sentido. O sr. Baleeiro⁹⁶ tomou, de fato, a iniciativa de aclarar o texto da lei, mas o seu projeto – estranhamente – ficou a dormir nas gavetas da Câmara; o próprio deputado não insistiu particularmente para que tivesse andamento, ao longo dos quatro anos de governo anterior. [...] o argumento se renova, em face da derrota: pretendeu-se mudar as regras do jogo antes do pleito e, quando este foi aceito, na expectativa estavam todos os candidatos de ganharem, nenhum deles admitiu sequer que o resultado das urnas fosse impugnado. Nenhum partido, favorável a este ou aquele, declarou que insistiria na maioria absoluta, no colegiado ou no que seja, qualquer que fosse o resultado do pleito. Este recurso, portanto, torna o debate francamente suspeito. [...] Aproveite a UDN o Congresso Nacional e encaminhe o reexame da Constituição, nesse e noutros pontos dignos de esclarecimentos; e o faça com rapidez, pois do contrário estará fadada a perder novamente o pleito em 1960.⁹⁷

Mais uma vez, a UDN acabara de cometer erros estratégicos, que se não cometidos poderiam levar seu candidato à vitória. Agora era a falta de revisão da lei eleitoral antes de 3 de outubro. Uma possível explicação era dada pelo próprio Chateaubriand. No seu artigo de 2 de novembro, ele critica pesadamente a UDN, que considera como

um grupo de homens, de incontestável brilho intelectual, mas de frágil caráter, onde (salvo poucas e dignas exceções) o que predomina é o interesse faccioso. É constriador a vista de um partido, dominado inteiramente pelo sentimento faccioso, como vive a UDN. Tem a agremiação indubitavelmente, uma elite, que é uma constelação das mais brilhantes dos quadros partidários do Brasil. A maior parte deles nega uma das qualidades fundamentais do homem político, que é a sua aptidão para conviver com os outros homens e os outros partidos.⁹⁸

Portanto, se há somente o interesse faccioso, não há interesse em reformar leis, que poderiam auxiliar na sua vitória. O culpado da derrota de Juarez, seja porque predominava o interesse no golpe (e por isso dera votos a Juscelino e Jango), seja porque não reformara a

⁹⁶ Aliomar Baleeiro, deputado federal pela UDN.

⁹⁷ *Diário de Notícias*, 12.10.1955, p.3

⁹⁸ *Diário de Notícias*, 2.11.1955, p.4

Constituição, é única e exclusivamente a UDN, e por isso ela não tinha autoridade para recorrer à Justiça com teses absurdas. Essa foi a posição do *Diário*.

Além de refutar as duas principais teses dos golpistas, o jornal publica declarações, vindas de diversos partidos e de diversos pontos do país, que apóiam a posse dos eleitos, o respeito à constituição e às instituições. Não que o jornal não deixe de publicar notícias sobre as movimentações dos golpistas, sobretudo da UDN, até para dar a aura de imparcialidade. Porém, o peso das declarações a favor da posse é muito maior que os pronunciamentos a favor da batalha contra a posse: elas vêm de diversas organizações da sociedade civil (exemplos da Confederação Rural Brasileira e da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul, além dos partidos políticos) e dos mais diversos pontos do país (desde o Rio Grande do Sul, passando por Goiás, Paraíba e até o Amazonas). Complementando, há o espaço para a preparação e realização de um comício antigolpe, no Largo dos Medeiros, no centro de Porto Alegre, promovido pela União Estadual dos Estudantes e com a presença de representantes de todos os partidos políticos.⁹⁹ Prega-se a normalidade do processo: se cabe a alguém impedir a posse dos eleitos, esse alguém é a Justiça Eleitoral, que foi criada e funciona para regular o processo eleitoral.

3.4 Os fins justificam os meios: general Lott e o contra-golpe de 11 de novembro

A representação do general Henrique Teixeira Lott, antes mesmo do contra-golpe de 11 de novembro, era a melhor possível. Como representante da apresentação que o *Diário* faz do general, temos o editorial do dia 11 de outubro, denominado Um grande legalista, no qual há a exaltação das virtudes patrióticas do militar, em defesa da democracia.

realmente era isso mesmo que dele se esperava, dada a maneira pela qual se vem conduzindo no desempenho da alta função que lhe confiou o presidente da república, dignificando-a e valendo-se dela para não perturbar o regime, mas precisamente para bem defendê-lo, impedindo que o exército se deixe contagiar pela tremenda, pela sistemática e persistente campanha dos que de todos os recursos já se valeram até aqui para envolver a oficialidade nas suas intrigas e nos seus ardis antidemocráticos.

⁹⁹ No Largo dos Medeiros, atual Praça da Alfândega, era a antiga redação do jornal. O comício foi em frente ao antigo Cinema Central. Notícias dos dias 21.10.1955, p.4; 25.10.1955, p.4; 26.10.1955, contracapa.

No pior da perigosa crise provocada artificialmente por tais agitadores já havia afirmado o general Teixeira Lott, com o apoio dos demais chefes das forças armadas, que a vontade do povo, manifestada através das urnas, deveria ser respeitada. Registrar candidatos, apurar o resultado das eleições, diplomar os legitimamente eleitos e empossá-los tinha que ser tarefa exclusiva da Justiça Eleitoral. [...] A palavra do general Teixeira Lott, transmitida à nação da tribuna da Câmara, colocou-o, portanto, ainda mais alto, na admiração dos brasileiros.¹⁰⁰

Praticamente em todas as edições do mês de outubro há referências sobre a vida e o trabalho do general, até pelo clima tenso em que vivia o país. Quase em todas essas notícias há alguma declaração dele reforçando esse seu compromisso com a legalidade e com a posse dos eleitos. Eram declarações que prezavam pela normalidade do país e de seu processo democrático. A normalidade continuava sendo palavra de ordem para o jornal.

Durante o mês de outubro e o início de novembro a crise aumenta. Como sintomas dessa crise, temos os pronunciamentos dos militares. Marcelo Steffens faz uma observação bastante pertinente sobre a publicação das vozes militares.

Os militares são, geralmente, em tempos de crise, ouvidos, bem como, muitas vezes, dão a palavra final que põem fim a determinadas situações. Chama a atenção a utilização que os jornais fazem destes personagens, o que indica que lhes é conferida, por parte da sociedade, uma importância sem igual e que parece ir além da questão do acesso às armas.¹⁰¹

Não nos vem ao caso fazer uma análise de tais pronunciamentos, mas sim de suas repercussões, a forma pela qual o *Diário* utiliza os personagens para mostrar sua posição. E nesse caso fica evidente a posição do periódico. Na metade de outubro, temos a declaração do ex-ministro da Guerra na crise do governo Vargas, Zenóbio da Costa, pregando a defesa da legalidade, se necessário com o sacrifício de sangue. Para esse discurso, o *Diário* dá um grande destaque, mostrando-o na contracapa da edição do dia 18 de outubro.

O mesmo destaque não é dado ao pronunciamento do coronel Mamede, do dia 1º de novembro. Estranha o fato de que não há nenhuma referência ao discurso na edição do dia seguinte, dia 2, só sendo mencionado ao dia 4. O discurso de Mamede, diferentemente do de Zenóbio, não é manchete da contracapa (que trata de política estadual); há a chamada para a

¹⁰⁰ *Diário de Notícias*, 11.10.1955, p.4, editorial.

¹⁰¹ STEFFENS, *op.cit.*, p.147.

integra do discurso, mas este só é colocado no interior do jornal. Outros fatos que estranham são: das seis fotos que o jornal publica sobre os funerais do general Canrobert Pereira da Costa, onde ocorreu o discurso de Mamede, nenhuma mostra a imagem do coronel; e porque o jornal não publica e nem faz menção do discurso no dia 2. Será que a agência Meridional não teria o discurso para ser publicado no dia seguinte ao do funeral? Como não havia edição no dia 3, pois os jornalistas não trabalhavam nos feriados, o jornal propositadamente, creio, esperou a repercussão do discurso para publicá-lo, diferentemente do discurso de Zenóbio, publicado de imediato. Há um boicote do discurso de Mamede: este só é publicado por sua repercussão; caso contrário, não teria sido publicado. Isto demonstra até que ponto o jornal refuta as teses golpistas.

Além de boicotar o discurso do coronel Mamede, os jornalistas porto-alegrenses, inclusive os do *Diário de Notícias*, enviaram um telegrama ao general Lott, o defensor da legalidade e da posse dos eleitos, protestando contra o discurso e pedindo severa punição. Diz o telegrama:

Ministro Teixeira Lott, palácio da guerra, Rio, D.F. – Os abaixo assinados, jornalistas profissionais de Porto Alegre, escudados na incontestada integração de vossa excelência na legalidade, apelam, em sinal de respeito à nação, seja aplicada exemplar punição ao coronel Jurandir Mamede, em face das injúrias à soberania popular e as ameaças à vontade das urnas, inseridas por esse oficial com tonalidade de pretenso tutor da pátria, no discurso proferido durante as exéquias do general Canrobert. Saudações democráticas.¹⁰²

Se o leitor ainda não havia percebido a opinião do jornal, perceberia agora, com um ato de forte impacto, publicado num espaço nobre do jornal: a contracapa. Mesmo quem fizesse uma leitura rápida do jornal, perceberia o protesto dos jornalistas contra o discurso.

Sobre o contra-golpe ou “movimento de retorno aos quadros constitucionais vigentes”, para começar, o jornal coloca os acontecimentos nacionais na capa, que era geralmente dedicada aos assuntos internacionais. Percebe-se, assim, a importância do momento pelo qual o país passava. O jornal insiste na legalidade do afastamento do presidente Carlos Luz, via artigo 79 da Constituição federal (e, pedagogicamente, explicando o artigo citado), e que os militares eram fieis à Carta Magna, cumprindo sua missão de

¹⁰² *Diário de Notícias*, 6.10.1955, contracapa

respeito à autoridade e à lei, que fora desrespeitada pelo presidente ao não punir o coronel Mamede. Na entrevista à agência estadunidense United Press, o ministro Lott declara mais um artigo da Constituição que dá a legalidade ao movimento.

E neste instante, abrindo a Constituição, observou que nos termos do artigo 177 da Carta Fundamental, às forças armadas cabe a garantia dos poderes constitucionais à lei e à ordem. ‘E foi o que fizemos’ – acrescentou.¹⁰³

A visão de quebra de disciplina, sustentáculo do poder militar, é encampada pelo jornal, e já está na notícia logo abaixo da capa do dia 12 de novembro, a primeira a tratar do movimento. Esta transcreve um telegrama de Lott aos chefes das regiões militares e aos governadores dos estados.

“Tendo em conta a solução dada pelo presidente Carlos Luz, no caso do coronel Mamede, os chefes do exército, julgando tal ato uma positiva provocação aos brios do exército, que viu postergados os princípios disciplinares, decidiram credenciar-nos, como interpretes dos anseios do exército, objetivando o retorno da situação aos quadros normais do regime constitucional. Acreditamos na solidariedade dos companheiros da Marinha e da Aeronáutica, e apelamos aos governadores dos estados, solicitando apoio a essa atitude. (a.) General Henrique Teixeira Lott”.¹⁰⁴

Outros pronunciamentos dos chefes militares, tanto ao nível nacional como regional, publicados pelo jornal, insistem nesse aspecto.

As notícias do dia 12 de novembro em diante demonstram que o contra-golpe contava com um esmagador apoio de todo o país, não só do Exército, mas também de governos estaduais e da maioria dos parlamentares e partidos políticos, e inclusive de outros jornais, no caso o carioca *Correio da Manhã*.¹⁰⁵ Essas notícias, muitas vezes com grandes descrições dos acontecimentos, insistem no caráter de normalidade, ordem e calma, apesar de algumas interrupções nos negócios, como em São Paulo. Mais importante: sem derramamento de sangue. Não que o jornal deixe de publicar os manifestos de oposição ao golpe, sobretudo os da UDN e do Partido Libertador, do diretor Say Marques, até para

¹⁰³ *Diário de Notícias*, 17.11.1955, p.19

¹⁰⁴ *Diário de Notícias*, 12.11.1955, capa.

¹⁰⁵ *Diário de Notícias*, 13.11.1955, p.11

manter dita aura de imparcialidade, de um jornalismo informativo que não se envolvia com política. Mas as notícias a favor do movimento não só são a maioria, mas também vêm dos mais diversos pontos do país, demonstrando que a nação concordava com o processo desencadeado. Também o jornal denuncia os golpistas, por meio de um pronunciamento proferido pelo deputado José Maria Alkmin, líder do PSD e amigo pessoal de Juscelino. O título da notícia é ameaçador: Prisões em massa e até fuzilamentos no programa destruído pelo exército.¹⁰⁶ O leitor poderia acreditar que se traria um documento detalhado comprovando o título da notícia. Porém, em apenas um pequeno trecho do discurso é que se trata da questão.

[...] Agora, sr. Presidente, o nobre deputado Carlos Luz, na oração que proferiu e que ouvi com tanta atenção, fez a descrição mais minuciosa possível do que estava já sendo veiculado, isto é – repito o que há pouco disse – substituição do ministro da guerra, substituição dos comandos, prisões em massa, subversão da ordem e até fuzilamentos, como ficou provado nos documentos encontrados.¹⁰⁷

Além disso, o parlamentar não traz tais documentos. Lança-se um boato contra os golpistas, mas não se prova. E o jornal entra na linha do boato, dando grande realce a apenas um pedaço da fala, que não era o assunto principal do discurso do parlamentar, que tratava muito mais das negociações com Carlos Luz para que este renunciasse à presidência da Câmara dos Deputados. O jornal, dessa forma, encampando uma visão alarmista para com a oposição, modela a opinião pública contra os golpistas, sobretudo naqueles que lêem o jornal rapidamente.

Era necessário explicar pedagogicamente aos leitores o que se passava. Como um golpe poderia ser legal? Como um golpe poderia salvar a democracia? Primeiramente, é necessário descrever ao leitor o contexto em que se deu o movimento. As palavras são pesadas: Murilo Marroquim classifica, por duas vezes, o regime para o qual se estava encaminhando de neofascista.¹⁰⁸ O que seria um neofascismo? A resposta é dada pelo próprio Marroquim.

¹⁰⁶ *Diário de Notícias*, 17.11.1955, capa e p.14

¹⁰⁷ *Id. Ibid.*

¹⁰⁸ *Diário de Notícias*, 15.11.1955, p.3; 20.11.1955, p.4

entre ser mais um decidido operário da democracia e o seu coveiro, o sr. Carlos Luz preferiu a ultima solução. Caminhava, com uma facilidade que hoje espanta, para conduzir o regime à desgraça, o Congresso à dissolução, as liberdades publicas ao cárcere dos conselhos suspeitos de segurança.¹⁰⁹

Ou seja, o neofascismo seria a supressão do liberalismo: suspensão da democracia representativa, fim das liberdades públicas e individuais: em suma, suspensão dos direitos civis e políticos. Como diz o próprio Marroquim: “Na verdade, acima de pessoas e de partidos, está o regime de liberdade”.¹¹⁰ Mas o golpe era legítimo? Do ponto de vista jurídico é claro que nenhum movimento desse caráter é legítimo. Mas já que fora feito para salvar o regime, era válida a intervenção.

e, com isto, a constituição foi ferida frontalmente durante 24 horas, a fim de que pudesse em seguida ser salva. O movimento democrático do general Lott e dos seus camaradas das três armas encontra aqui a sua explicação, e a sua glória – de vez que visa, com o respeito às leis vigentes, manter o regime que estava ameaçado de decomposição.¹¹¹

Nesse excerto há uma exaltação de Lott e seu movimento. Trata-se o movimento como democrático, apesar de ter ferido a Constituição e ter criado uma situação de fato. Porém, justamente o fato de ferir a Constituição para salvá-la é louvado, pois manteria o regime vigente. Melhor assim do que um regime neofascista e a supressão de todas as liberdades. O fim, ou seja, a salvação da democracia, justificou o meio, um golpe militar.

Em outro excerto, continua a exaltação do general Lott.

De muitos setores ouvi a suspeita de que o gen. Lott houvera traído os seus clássicos pronunciamentos legalistas. Engano. O ministro da guerra, para manter a continuidade das leis foi obrigado a subvertê-las pelo espaço de horas. Porque descreer de sua capacidade de renúncia, do seu interesse pela nação, do seu patriotismo e de sua lucidez? Se não tivesse tais qualidades, hoje, não teríamos um governo legal, estribado na confiança publica.¹¹²

¹⁰⁹ *Diário de Notícias*, 15.11.1955, p.3

¹¹⁰ *Diário de Notícias*, 20.11.1955, p.4

¹¹¹ *Diário de Notícias*, 17.11.1955, p.4

¹¹² *Id. Ibid.*

Na visão sobre Lott, complementando a noção de ser um homem democrático, é acentuado agora o seu caráter legalista e, mais do que tudo, patriótico. O que ele e seus camaradas fizeram foi salvar a nação, dando o direito das forças políticas dirigirem a nação, dentro dos marcos da democracia representativa; ele poderia muito bem ter tomado o poder para si, mas não o fez: “essas forças, quando lhes seria tão fácil simplesmente subverter a ordem pública, chamaram os partidos a sua função democrática”.¹¹³ Essas noções serão complementadas pelas palavras do proprietário da rede *Associada*, Assis Chateaubriand.

A posição de Chatô chega através de duas notícias vindas da *United Press*, visto que ele estava fora do país nesse momento, e não há nenhum editorial do jornal, nem artigo de sua autoria que tratem do contra-golpe. Estas notícias aparecem na capa do jornal, demonstrando a importância do pensamento de seu proprietário. Em 15 de novembro, Chatô insiste no caráter de que Lott “foi apoiado por todos os seus camaradas de armas a dar o contra-golpe preventivo objetivando manter o regime constitucional vigente”,¹¹⁴ e que era “absolutamente um soldado da constituição [...] absolutamente certo e homem de primeira qualidade e de grande autoridade [...] conta com o apoio do governo, da nação e do povo”.¹¹⁵ Já sobre o movimento militar, afirma que foi “absolutamente necessária e constitucional”.¹¹⁶ As palavras dizem tudo: apoio total a Lott, com apoio integral das Forças Armadas (o que, de fato, não ocorreu) e ao movimento. Essa posição é reforçada pelas notícias que vem da *United Press*: um editorial do *The New York Times*, onde se considera o contra-golpe “elogiável, porque sua intenção consistiu em conduzir a realidade uma decisão eleitoral democrática e salvaguardar a constituição”,¹¹⁷ mantendo a tradição das nossas forças armadas, de não tomar o poder para si. E também uma curiosa nota vinda de Berlim Oriental, sobre a repercussão no Partido Comunista da Alemanha Oriental, que também legitimava o golpe.¹¹⁸ Quando se tratava de legitimar a sua posição, o jornal, que era decididamente anticomunista, dava voz aos comunistas, desde que concordassem com suas posições.

¹¹³ *Diário de Notícias*, 15.11.1955, p.4

¹¹⁴ *Diário de Notícias*, 20.11.1955, capa.

¹¹⁵ *Diário de Notícias*, 18.11.1955, capa.

¹¹⁶ *Id. Ibid.*

¹¹⁷ *Diário de Notícias*, 13.11.1955, p.2

¹¹⁸ *Id. Ibid.*

Porém, nem tudo são flores. O jornal critica o movimento por causa da censura que foi empreendida contra a imprensa, no dia 11. Duas notícias tratam do impedimento de circulação da Tribuna da Imprensa, de Carlos Lacerda.¹¹⁹ São notícias que estão na capa, mas não tem um grande destaque; são notícias pequenas e nas laterais. O jornal deixa claro sua posição a esse respeito através da publicação de um telegrama, endereçado ao general Lott, onde critica a atuação do exército no tocante à liberdade de imprensa.

Telegrama de um grupo de jornalistas ao general Lott

Na tarde de ontem, após a notícia da suspensão da censura prévia implantada e todo o país por ordem do general Teixeira Lott, um grupo de profissionais que integram a redação do *Diário de Notícias* endereçou aquele militar o telegrama que abaixo transcrevemos:

“General Henrique Teixeira Lott, Rio – D.F.

Confirma-se mais uma vez que a censura à imprensa é a cortina atrás da qual o povo é despojado de suas liberdades, de seus direitos, de suas leis e de sua constituição. Os jornalistas gaúchos abaixo assinados protestam contra a ignominiosa violência. Essa prática nefasta violou brutalmente a constituição que v. excia. proclama ironicamente defender, ao mesmo tempo em que depõe o presidente legal da república”.¹²⁰

O jornal, portanto, apóia o movimento, mas na sua tradição de defender o liberalismo, não pode aceitar a violação da liberdade de imprensa, pilar da sociedade livre e democrática. Um detalhe: apenas jornalistas do *Diário de Notícias* assinam o telegrama; um dos assinantes, demonstrando o quanto o jornal não concordava com a censura, é o diretor Say Marques, vinculado ao Partido Libertador, que em manifesto posterior repudiaria a censura.¹²¹

Essa crítica, porém, é ponderada com outras notícias que tratam do problema da censura. Apesar de criticada, é ponderada por causa das intenções dos defensores da ordem constitucional.

Estabeleceu-se então a censura em alguns jornais e emissoras, havendo também ocupação em poucos desses órgãos de divulgação. Tal censura, porém, não durou mais de 24 horas, o que pode ser considerado como prova das intenções e preocupações dos chefes do exército de estabelecer os preceitos constitucionais.¹²²

¹¹⁹ *Diário de Notícias*, 12.11.1955, capa; 13.11.1955, capa;

¹²⁰ *Diário de Notícias*, 13.11.1955, p.3

¹²¹ Protesto da Ala Moça do Partido Libertador. *Diário de Notícias*, 15.11.1955, p.4

¹²² *Diário de Notícias*, 15.11.1955, p.10

Apesar da censura, ressalta-se que foi algo rápido, provavelmente parte da estratégia militar para respeitar a legalidade e a ordem constitucional, objetivo máximo do movimento. Portanto, a censura é criticada, pela tradição do liberalismo. Mas a referência a uma ditadura estava muito viva: apenas 10 anos atrás, o Brasil estava no Estado Novo. Era melhor ceder num ponto, talvez secundário, por alguns momentos, mas manter o cerne do sistema: a ordem constitucional, a seqüência presidencial, as eleições, as liberdades constitucionais, inclusive a de imprensa. E a democracia se manteve, quem diria, graças a um golpe...

Considerações finais

Pudemos ver por este trabalho o quanto o *Diário de Notícias* se inseriu como elemento atuante no processo político. Podemos simplificar a atitude do jornal perante a crise em uma conhecida frase: aos amigos, tudo; aos inimigos, a lei. O jornal defende os candidatos Juscelino e Jango dos ataques sofridos, mas também defende um golpe militar, que sempre é ilegal. Para atacar os argumentos daqueles que atacavam os candidatos vencedores e àqueles que eram contrários à intervenção militar, se usou o artifício da lei; inclusive explicitavam-se as leis que eram apropriadas a cada um dos casos.

Uma palavra foi chave na cobertura do *Diário* nestes agitados meses de 1955: normalidade. Essa normalidade, algumas vezes associada com a ordem, esteve presente sobretudo nas eleições e no contra-golpe. Acredito que não havia nenhum elemento no processo político que preocupasse Assis Chateaubriand e os jornalistas do *Diário* quanto à quebra dessa normalidade, ligada à garantia do dia-a-dia dentro do esperado e planejado. Essa normalidade talvez tenha se demonstrado mais fortemente durante os ataques ao direito de Juscelino e Jango tomarem posse, pois eram os candidatos apoiados pelo proprietário da rede *Associada*, e que tinham um projeto que vinha muito ao gosto de Chateaubriand, principalmente na questão da cooperação com o capital estrangeiro. Pudemos perceber também o quanto o jornal acreditava na democracia: considerava-a em crescimento, porém ainda em certos pontos frágil, podendo ser melhorada, o que aconteceria com a experiência.

Sobre a defesa da candidatura de Juscelino, desde a campanha até o contra-golpe, podemos além de questões econômicas e políticas, além do fator “sobrenatural”, uma necessidade de se aliar a Juscelino. Colocamos isso pois outros jornais também contavam com o apoio do presidente eleito, como o *Correio da Manhã* e a *Última Hora*. Com este último, o novo presidente tinha uma relação muito forte: Juscelino havia intermediado o empréstimo que permitiu o surgimento do jornal, quando era governador de Minas Gerais; além disso, quando o jornal estava em dificuldades, ele e seus amigos liquidaram os débitos da Editora Érica, que havia sido constituída no surgimento do jornal.¹²³ A defesa da candidatura e da posse de JK talvez tenha um componente de acesso ao poder (não que

¹²³ WAINER, *op.cit.*, p.130-131; p.211-217.

Chateaubriand não a tivesse, mas sempre queria mais), que daria acesso a recursos financeiros, sobretudo do Banco do Brasil. Esses recursos estatais eram fundamentais a uma cadeia que sempre estava em dificuldades financeiras. Chateaubriand não queria ficar para trás nesse acesso, já que tinha outros concorrentes que também tinham relações fortes com o novo presidente.

Um outro aspecto desse trabalho é a constatação da ineficácia do estudo da imprensa tendo como base um aspecto evolutivo, saindo de um jornalismo opinativo para um jornalismo puramente informativo, que não intervém politicamente. Ora, este trabalho mostrou que o jornal estudado continua participando do processo político, mesmo num jornalismo informativo ou na chamada fase empresarial. Pode não ter sido como em 1954, quando tinha editoriais claramente políticos, pregando a saída de Getulio Vargas da presidência; em 1955, adotando uma linha mais conservadora (pode-se dizer tanto do caráter conservador que sempre norteou os *Diários Associados*, mas também da falta de comentários sobre a crise nos editoriais), mas participa politicamente através das notícias, colunistas políticos e algum que outro editorial ou artigo de Chateaubriand. Se pudermos utilizar alguma noção nas categorias utilizadas para o estudo da imprensa, poderíamos dizer que nessa época passa-se para um jornalismo profissional, com a qualificação dos jornalistas, via cursos de jornalismo nas universidades, mas também com o progressivo melhoramento das condições técnicas.

Um aspecto que pode ser mais explorado nas pesquisas que utilizam a imprensa a partir dos anos 40 como fonte, mas também como objeto, é a interligação entre jornal, rádio, depois com a televisão e por último, nos nossos dias, com a Internet. Como afirma Sodré, a segunda parte do século é a época das grandes corporações, que reúnem mais de um meio de comunicação. “O jornal se completava com a rádio e a televisão, com a informação instantânea”.¹²⁴ Qual seria o resultado de nossa pesquisa se, em vez de utilizarmos somente o *Diário de Notícias* como fonte, tivéssemos utilizado também a voz da Rádio Farroupilha¹²⁵ ou da Rádio Difusora? Como será que teriam sido a repercussão das eleições, com transmissões ao vivo dos pontos de votação, durante a eleição, a repercussão dos discursos

¹²⁴ SODRÉ, *op.cit.*, p.446

¹²⁵ A Rádio Farroupilha pertencia aos *Associados* desde 1º de maio de 1943. Saiu do grupo em 1980, passando a ser controlada pelo grupo RBS.

militares, tanto do ministro da Guerra como de seus subordinados? Será que alguns pontos não eram tratados no jornal por já terem sido tratados no *Grande Jornal Falado*, que ia ao ar no final da programação das rádios? Faltam trabalhos deste tipo, que utilizam mais de um tipo de mídia. É certo que dá muito mais trabalho, mas os resultados podem ser muito mais esclarecedores sobre a posição de certos grupos que exprimem suas opiniões pela imprensa. No nosso caso, seriam apenas as rádios, já que ainda não havia televisão no estado. Porém, este meio de comunicação era tão ou mais influente que o jornal, num país onde grande parte da população era analfabeta, podendo alcançar, em conjunto, grande parte da população.

Ninguém, no final dos cinco anos de governo de Juscelino, os “anos dourados” brasileiros, da bossa nova, de Brasília, da indústria automobilística, de crescimento econômico com estabilidade democrática, acreditaria que o presidente, talvez considerado o maior da história do Brasil, teve o direito de tomar posse questionado por argumentos absurdos. O clima do país era pela posse. Acabáramos de sair de uma crise e estávamos em outra: queria-se uma solução rápida e sem conflitos. O conflito aconteceu, mas não ao ponto que se imaginava: não chegamos à guerra civil. A solução foi simples: o cumprimento da Constituição; talvez, de uma maneira que não estava prevista.

Neste período, entre as crises da república de 1954 e 1955, entraram em cena os principais agentes políticos que estavam na crise de 1964: Carlos Lacerda, João Goulart, Juscelino Kubitschek. Por isso creio que esse período da história nacional, esse interregno entre dois presidentes que marcaram a história política do país, Vargas e Kubitschek, merece uma maior atenção da parte dos historiadores.

Referências bibliográficas

Fonte primária

Jornal *Diário de Notícias*, edições de 2 de outubro a 20 de novembro de 1955.

Acervo do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves. Os suplementos literários: os intelectuais e a imprensa nos anos 50. In: _____ (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

ANDRÉ, Alberto. *50 anos de imprensa*. Porto Alegre: Feplam, 1992.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história e técnica*. Brasília: MEC/Imprensa Nacional, 1972.

BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BORGES, Julio de Azambuja. O perigo vermelho nas páginas de Zero Hora: anticomunismo e a construção da legitimidade da ditadura civil-militar (1964-1968). In: *Anais do IX Encontro Estadual de História, Porto Alegre, 2008*.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.

_____. *Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____; PRADO, Maria Lígia. *O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARNEIRO, Glauco. *Brasil, primeiro: história dos Diários Associados*. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.

COSTA, Marcelo Fernando Gonzalez da. *As repercussões da política externa argentina do primeiro governo Perón (1946-1952) na imprensa sul-rio-grandense*. São Leopoldo: PPG História / Unisinos, 2004 (dissertação de mestrado).

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. A política externa independente é notícia: o reatamento das relações diplomáticas com a URSS na perspectiva do jornal Correio do Povo (novembro de 1961). Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História / UFRGS, 2009.

- ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. In: *Cadernos do PPG em História da UFRGS*, Porto Alegre, n. 13, 1995.
- FERREIRA, Jorge. Crises da república: 1954, 1955 e 1961. In: _____; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- FRAGA, Gerson Wasen. *Branco e vermelhos: a Guerra Civil Espanhola através das páginas do Correio do Povo (1936-1939)*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História / UFRGS, 2004 (dissertação de mestrado).
- GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Junior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.
- GRANDI, Celito de. *Diário de Notícias: o romance de um jornal*. Porto Alegre: L&PM, 2004.
- LATTMAN-WELTMAN, Fernando. Imprensa carioca nos anos 50: os “anos dourados”. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.
- LOURENZA, Ana Maria. *Lacerda x Wainer: o corvo e o bessarabiano*. São Paulo: Senac, 1998
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MORAIS, Fernando. *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- NOGUEIRA, Maristel Pereira. *Universidade de 63: reconstrução da memória através da perspectiva dos jornais*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História / PUCRS, 2004 (dissertação de mestrado).
- OLIVEIRA, Lisiane Medianeira de. *O PSD no Rio Grande do Sul: o diretório mais dissidente do país nas páginas do Diário de Notícias*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História / PUCRS, 2008 (dissertação de mestrado).
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

RÜDIGER, Francisco. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da Universidade / UFRGS, 1993.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

STEFFENS, Marcelo Hornos. *O Correio do Povo e o Diário de Notícias e a estratégia de utilização das imagens de Getúlio Vargas: 1950 a 1954*. Porto Alegre: PPG História / PUCRS, 1998 (dissertação de mestrado).

TILL, Rodrigues. *Ernesto Correa (1905-1978): um dos maiores jornalistas gaúchos*. Porto Alegre: Renascença, 2001

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver: memórias de um repórter*. Rio de Janeiro: Record, 1988.